



CNPJ nº 87.163.234/0001-38
NIRE 43300032990
Carta Patente SUSEP nº 021
Rua Sete de Setembro, 515 - térreo - 5º e 9º andares
CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração

Prezados Acionistas e Stakeholders,

A Administração da Sabemi Seguradora S/A submete a V. Sas. o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2024.

Contexto Operacional

Em 2024, a Sabemi continuou com determinação a implementar sua estratégia de expansão, enriquecendo seu portfólio de produtos de Seguros de Pessoas. Este esforço direcionado permitiu não só consolidar relações com segurados e corretores, mas também significativamente aumentar sua base de segurados. A companhia, que contava com cerca de 500 mil segurados em dezembro de 2022, viu um crescimento expressivo, alcançando quase 2 milhões de segurados em dezembro de 2024. Este aumento substancial é um testemunho do sucesso das políticas adotadas e do compromisso contínuo da Sabemi em atender às necessidades emergentes de seus segurados com soluções eficazes e personalizadas.

Adaptamos nossos produtos e serviços para atender às demandas crescentes do mercado, continuando a investir em soluções tecnológicas que proporcionam uma experiência mais ágil e personalizada para nossos segurados e corretores. Este ano, fizemos investimentos significativos em novas plataformas destinadas especificamente a nossos corretores, melhorando a interatividade e o acesso a informações cruciais para o desempenho de suas funções. Simultaneamente, expandimos nosso portfólio para incluir coberturas que se ajustam às novas realidades e necessidades dos segurados.

Além disso, ampliamos o uso de inteligência artificial em nossos processos, o que permitiu uma melhoria significativa na eficiência operacional e na precisão da gestão de riscos. Todos os nossos sistemas também foram migrados para a "Nuvem", garantindo maior segurança dos dados e uma operacionalidade mais flexível e escalável. Essas atualizações são fundamentais para manter a competitividade e responder de forma eficaz às expectativas do mercado.

Em 2025, continuaremos a enfatizar a integração constante de tecnologias avançadas, como inteligência artificial e automação. Essa abordagem será essencial, não apenas para aprimorar nossas interações com segurados e parceiros, mas também para otimizar a subscrição e a gestão de riscos. Nossos esforços serão diligentemente alinhados com a manutenção dos mais altos padrões de segurança e conformidade regulatória.

Olhando para o futuro, nosso plano é não apenas continuar nossa trajetória de inovação, mas também ampliar nossa presença e impacto no mercado. Com os ajustes internos que implementamos nos últimos três anos, abrangendo desde a melhoria de processos e tecnologia até o desenvolvimento de nossa equipe, estamos mais preparados do que nunca para aproveitar todas as oportunidades de crescimento que aparecerão. Esta estratégia nos posiciona de maneira ideal para responder dinamicamente às exigências do mercado e às necessidades dos segurados.

Economia e Ambiente de Negócios

O ano de 2024 foi marcado por desafios consideráveis no cenário econômico e político, tanto nacional quanto internacional. A economia global prosseguiu em sua recuperação, enfrentando as adversidades de eventos passados, enquanto os bancos centrais ajustavam suas políticas para controlar a inflação sem comprometer o crescimento.

No Brasil, a lentidão das reformas fiscais e estruturais necessárias, somada a uma desconfiança persistente do mercado, obrigou o Banco Central a adotar uma postura mais conservadora em sua política monetária ao longo de 2024. Contrariando as expectativas iniciais de redução das taxas de juros básicas, houve um aumento na Taxa Selic como medida para aproximar a inflação da meta estabelecida. Com isso, a taxa básica de juros da economia brasileira encerrou o ano em 12,25%.

Embora o IPCA de 2024 tenha fechado em alta de 4,83%, ultrapassando a margem de tolerância de 4,5%, a manutenção do controle rigoroso da taxa de juros foi essencial para preservar um ambiente favorável aos negócios. Nesse contexto, espera-se que o Brasil conclua o ano com um crescimento de PIB de 3,5%. Durante o mesmo ano, o mercado segurador brasileiro demonstrou uma capacidade notável de adaptação e crescimento, refletindo as complexidades e as mudanças contínuas

no cenário econômico e social. A demanda por seguros permaneceu robusta e, segundo relatórios da Superintendência de Seguros Privados (Susep), as receitas do setor cresceram 12,2% em comparação a 2023. A Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) projeta um crescimento de 10,1% para o setor em 2025, que deverá corresponder a aproximadamente 6,4% do PIB até o final do próximo ano. À medida que o mercado segurador expandiu, impulsionado por inovações tecnológicas e um entendimento mais aprofundado das necessidades dos consumidores, as seguradoras aumentaram significativamente sua influência, oferecendo produtos que abrangem uma gama cada vez maior de riscos e situações, fortalecendo assim a resiliência econômica e pessoal em todo o país.

Mercado de atuação

A Sabemi Seguradora S/A é uma Companhia com cinco décadas de atividade, especializada no segmento de consignação em folha de pagamento de servidores públicos, operando nos ramos de Seguros de Pessoas, Previdência Complementar e Assistência Financeira a seus segurados e participantes, em todo o território nacional.

Desempenho da Companhia

A Companhia registrou lucro líquido no exercício, representando uma rentabilidade de 8 % sobre o patrimônio líquido médio.

O resultado da Companhia decorre principalmente de receita com prêmios de seguros de pessoas e da receita financeira gerada pelas assistências financeiras realizadas a seus participantes.

O índice de sinistralidade ficou em 10,35 % em relação ao prêmio ganho. O índice combinado ampliado ficou em 0,95.

Organização societária

Não houve, no exercício 2024, alterações societárias e/ou estatutárias.

Dividendos

A Companhia optou pelo pagamento dos juros sobre o capital próprio de acordo com a legislação vigente, atendendo os dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos no Estatuto Social da companhia.

Controles internos

A Companhia, com vistas a garantir um crescimento sustentado, tem utilizado as boas práticas de Governança Corporativa, investindo fortemente na busca da excelência da gestão, para aprimorar o relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, parceiros, prestadores de serviços, colaboradores, comunidade e demais partes interessadas.

A qualificação dos colaboradores; uso da tecnologia; melhoria, análise, reavaliação e aderência dos processos; gerenciamento de riscos são prioridades para a Administração. Com vistas a propiciar um quadro de gestão profissionalizada, a Controladora estruturou um Conselho Consultivo, com a atribuição de orientar estrategicamente os negócios e a governança do grupo, dentre eles o da Sabemi Seguradora S/A, atuando de forma a proteger os interesses e a maximizar investimentos

Ouidoria

Desde a sua constituição em 2005, a Ouvidoria vem atuando com estratégia proativa, identificando a origem dos problemas para solucioná-los definitivamente, cumprindo a missão de verdadeira mediadora de conflitos entre a companhia e o segurado e/ou beneficiário, depois de esgotados os demais canais de acesso e atendimento disponíveis.

Segurança da informação

A Companhia vem constantemente implementando um conjunto de controles, incluindo políticas, processos, estruturas organizacionais e normas e procedimentos de segurança, objetivando a proteção das informações dos clientes e da Companhia, nos seus aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Recursos humanos

A Sabemi tem como política de Recursos Humanos a seleção, retenção e desenvolvimento de talentos para dar suporte ao seu plano de crescimento sustentado. Para valorização da competência de seus colaboradores, instituiu desde 2006 um programa de participação nos resultados. Ademais, a Companhia vem investindo fortemente no programa de desenvolvimento, aprimoramento e qualificação dos colaboradores, pois acredita que o potencial realizador das pessoas é a base de sustentação dos seus negócios.

Declaração sobre a capacidade financeira

As aplicações financeiras estão classificadas de acordo com o modelo de negócios da Companhia para a gestão dos seus ativos assim como as características do fluxo contratual do ativo financeiro.

Os benefícios de planos previdenciários e sinistros são pagos rigorosamente em dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelos órgãos reguladores.

Perspectivas futuras

A Sabemi Seguradora tem uma expectativa positiva para o futuro, acreditando que continuará a crescer e expandir suas operações de seguro, plano de previdência complementar na modalidade de pecúlio e operações financeiras.

A expansão para novos modelos de comercialização de seguros, a melhoria contínua de nossos processos e a oferta de serviços personalizados e de qualidade são fatores que nos diferenciam e que continuarão a ser nosso foco nos próximos anos.

Além disso, com o objetivo de ampliar os resultados, a administração continuará reavaliando a estrutura de custos para dar suporte às operações de forma a obter maior otimização dos recursos aplicados.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação, competência e o talento que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados. Agradecemos também aos nossos acionistas, parceiros, fornecedores e clientes o indispensável apoio e a confiança, que fortalecem e reforçam nosso compromisso em superar as expectativas.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2025.

A Administração

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2024	2023
Operações de seguros (Nota 23)		
Prêmios emitidos líquidos	121.006	126.300
Contribuições para cobertura de riscos	27.880	29.552
Variação das provisões técnicas de prêmios	(4.913)	(999)
Prêmios ganhos (Nota 23)	143.973	154.853
Sinistros ocorridos (Nota 23)	(21.392)	(16.023)
Custo de aquisição (Nota 23)	(25.767)	(25.314)
Outras receitas e despesas operacionais, líquido (Nota 23)	(27.810)	(18.045)
Resultado com operações de resseguro – despesa com resseguro	(448)	(279)
Variação de outras provisões técnicas	75	(197)
Custo de aquisição (Nota 23)	(1.625)	(1.430)
Outras receitas e despesas operacionais, líquido (Nota 23)	(49)	(9)
Despesas administrativas (Nota 23)	(59.546)	(68.292)
Despesas com tributos (Nota 23)	(7.104)	(7.759)
Resultado financeiro (Nota 23)	7.912	5.315
Resultado patrimonial	11	6
Resultado operacional	8.230	22.826
Ganhos e perdas com ativos não correntes (Nota 23)	-	(5)
Resultado antes dos impostos e participações	8.230	22.821
Imposto de renda (Nota 10.2)	(1.678)	(4.488)
Contribuição social (Nota 10.2)	(1.119)	(3.018)
Participações sobre o resultado	(431)	(201)
Lucro líquido do exercício	5.002	15.114
Quantidade de ações	79	79
Lucro por ação - em Reais	63.315,70	181.312,41

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais		
	2024	2023
Resultado do exercício	5.002	15.114
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	5.002	15.114

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais		
	2024	2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.002	15.114
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	138	138
Perda na alienação de imobilizado e intangível	-	5
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(4.815)	1.006
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos de seguros	(2.374)	643
Créditos das operações com previdência complementar	82	299
Ativos de resseguro	1	(93)
Créditos fiscais e previdenciários	(462)	(2.661)
Ativo fiscal diferido	(117)	(21)
Depósitos judiciais e fiscais	(216)	(885)
Despesas antecipadas	714	6.344
Outros ativos	(15.091)	13.375
Impostos e contribuições	4.181	7.992
Outras contas a pagar	6.656	(3.815)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(444)	(2.244)
Débitos de operações com previdência complementar	-	(2)
Depósitos de terceiros	(310)	1.272
Provisões técnicas - seguros e resseguros	6.016	(673)
Provisões técnicas - previdência complementar	(758)	(548)
Provisões judiciais	4.878	5.522
Outros Passivos	(458)	(2.658)

Caixa gerado pelas operações	2.623	38.110
Imposto sobre o lucro pagos	(3.916)	(8.918)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(1.293)	29.192

Atividades de investimento

Alienação de imobilizado	-	2
Aquisição de imobilizado	(564)	(14)
Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades de investimentos	(564)	(12)

Atividades de financiamento

Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(4.998)	(17.039)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(4.998)	(17.039)

Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(6.855)	12.141
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.157	4.016
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.302	16.157
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(6.855)	12.141

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares reais				
	2024	2023	2024	2023
Ativo			Passivo e patrimônio social	
Circulante	106.872	93.895	Circulante	40.730
Disponível (Nota 5)	2.820	3.937	Contas a pagar	12.396
Caixa e bancos	2.820	3.937	Obrigações a pagar (Nota 14)	8.581
Equivalente de caixa (Nota 5)	6.482	12.220	Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 15)	1.523
Aplicações (Nota 6)	27.396	22.581	Encargos trabalhistas	1.199
Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 6.4.1)	7.719	5.345	Impostos e contribuições (Nota 16)	646
Prêmios a receber	7.711	5.264	Outras obrigações	447
Operações com seguradoras	8	80	Débitos de operações com seguros e resseguros	935
Operações com resseguradoras	-	1	Prêmios a restituir	12
Créditos das operações com previdência compl. (Nota 6.4.2)	4.309	4.391	Operações com resseguradoras	180
Valores a receber	4.309	4.391	Corretores de seguros e resseguros	328
Ativos de resseguro e retrocessão	93	94	Outros passivos operacionais	415
Títulos e créditos a receber (Nota 6.4.3)	55.301	40.450	Depósitos de terceiros (Nota 17)	998
Títulos e créditos a receber	40.585	25.752	Provisões técnicas - seguros (Nota 18)	17.059
Créditos tributários e previdenciários	475	1.312	Pessoas	17.059
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.3)	12.170	12.633	Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 18)	8.798
Outros créditos	2.071	753	Planos não bloqueados	8.798
Outros valores e bens	1	26	Outros débitos	544
Outros valores	1	26	Passivos de arrendamento (Nota 19)	544
Despesas antecipadas (Nota 7)	2.612	4.829	Passivo não circulante	44.852
Custos de aquisição diferidos	139	22	Contas a pagar	1.475
Seguros	139	22	Outras contas a pagar	1.475
Ativo não circulante	43.433	40.552	Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 18)	140
Realizável a longo prazo	42.217	39.771	Planos não bloqueados	140
Títulos e créditos a receber	38.017	36.511	Outros débitos	41.386
Títulos e créditos a receber (Nota 6.4.3)	15.595	14.047	Provisões judiciais (Nota 21 (b))	41.386
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 10.1)	10.780	9.481	Débitos diversos	1.851
Depósitos judiciais (Nota 9)	7.152	6.936	Passivos de arrendamento (Nota 19)	1.851
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.3)	4.490	6.047	Patrimônio líquido (Nota 22)	64.723
Outros valores e bens (Nota 8)	2.241	2.804	Capital social	55.000
Despesas antecipadas (Nota 7)	1.959	456	Reservas de lucros	9.723
Investimentos	297	288	Total do passivo e do patrimônio líquido	150.305
Participações societárias (Nota 11)	265	256		134.447
Outros investimentos (Nota 11)	32	32		
Imobilizado (Nota 12)	901	454		
Bens móveis	901	454		
Intangível (Nota 13)	18	39		
Outros intangíveis	18	39		
Total do ativo	150.305	134.447		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares reais					
	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2023	55.000	8.228	3.416	-	66.644
Dividendos s/resultado de exercícios anteriores aprovados em AGE 29/01/2024 (Nota 22.2)	-	-	(3.416)	(3.416)	(3.416)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.114	15.114
Proposta de destinação do resultado:					
Reserva legal	-	755	-	(755)	-
Reserva retenção lucros	-	-	736	(736)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 22.2)	-	-	-	(13.623)	(13.623)
Em 31 de dezembro de 2023	55.000	8.983	736	-	64.719
Dividendos s/resultado de exercícios anteriores aprovados em AGE 27/01/2025 (Nota 22.2)	-	-	(736)	(736)	(736)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.002	5.002
Proposta de destinação do resultado:					
Reserva legal	-	250	-	(250)	-
Reserva retenção lucros	-	-	490	(490)	-
Juros sobre o capital/dividendos antecipados (Nota 22.2)	-	-	-	(4.262)	(4.262)
Em 31 de dezembro de 2024	55.000	9.233	490	-	64.723

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

...Continuação

Sobre os produtos:

(a) Seguros de pessoas

Seguros de pessoas coletivos: a força de sua operação está fixada nos seguros coletivos, que oferecem as coberturas de morte por acidente, morte por qualquer causa e perda de renda, concentradas basicamente nos ramos APC, Vida Coletivo e Desemprego/Perda de Renda, muito embora também opere, em menor escala, com o Funeral e o Prestamista.

Seguros de pessoas individuais: vem operando principalmente no ramo API e, em menor escala, no ramo Viagem, além de ter iniciado recentemente operação nos ramos Desemprego/Perda de Renda e Funeral.

(b) Previdência complementar

Previdência complementar: vem operando apenas com planos de pecúlio, estruturados exclusivamente no regime de repartição simples (RS). Possui riscos residuais em vigor no plano de pensão, referentes a contratos mais antigos, cujos controles dos riscos de subscrição são os mesmos utilizados nas operações dos seguros.

Concentração de risco e análise de sensibilidade

Seguros de pessoas: este segmento respondeu por 81,3% dos prêmios auferidos em 2024, enquanto havia atingido 81,0% no mesmo período de 2023. Em 31 de dezembro de 2024, a carteira contava com aproximadamente 2,3 milhões de vidas seguradas, destacando-se o ramo APC (0982) com 1,4 milhões. Saliente-se que, em dezembro de 2024, começou a operar com os ramos Desemprego/Perda de Renda individual (1387), Funeral individual (1329) e Viagem coletivo (0969).

Previdência complementar: participou com 18,7% da arrecadação de 2024, quando obteve R\$ 27,8 milhões de contribuições arrecadadas, praticamente toda concentrada em pecúlio. Já em 2023, este segmento havia atingido 19,0% da arrecadação, que foi de R\$ 29,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2024, havia 70,2 mil contratos vigentes no plano de Pecúlio e 83 no de Pensão.

A garantia das operações vinculadas a todos os seus planos é dada pelas provisões constituídas, além da gestão técnica que é feita entre receitas e despesas, com vistas a manter-se o controle de suas obrigações com os sinistros. Esta política tem como característica principal o reinvestimento de recursos próprios em ativos do mercado financeiro, em modalidades conservadoras.

Em relação à receita de seus planos, os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituções e cessões de prêmios a congêneres. Abaixo são divulgadas a arrecadação de prêmios emitidos do grupo de Pessoas, e de contribuições dos Planos de Previdência.

	Prêmios auferidos 2024	Prêmios auferidos 2023
Pessoas	121.006	126.300
Previdência	27.880	29.552

Com vistas a se divulgar o parâmetro de concentração de riscos por região geográfica, se optou por apresentar a distribuição dos prêmios diretos da carteira de seguros e o respectivo percentual de risco, conforme o quadro abaixo. A análise dos dados demonstra que não houve oscilação na arrecadação em relação ao mesmo período de 2023, cujos riscos permaneceram totalmente concentrados na região Sul.

Distribuição por emissor do Risco	2024		2023	
	Prêmios Diretos	Concentração de Risco	Prêmios Diretos	Concentração de Risco
Região 8 (RS, SC e PR)	119.128	100,0%	130.699	100,0%
Demais Regiões do Brasil	0	0,00%	0	0,00%
Total	119.128	100,0%	130.699	100,0%

Análise de Sensibilidade

Com o objetivo de analisar a sensibilidade nos resultados da Seguradora, frente à oscilação em algum de seus parâmetros técnicos, optou-se em realizar o teste junto à premissa de sinistros, verificando seu impacto no resultado e no patrimônio líquido contábil de 31 de dezembro de 2024, pois índice de conversibilidade, taxa de juros, inflação e excedente financeiro, considerando a característica dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida para este contexto. Segue os índices de sinistralidade observados entre 2022 e 2024:

Grupos	2024	2023	2022
Seguros de Pessoas	7,1%	4,1%	3,4%
Planos de Pecúlio	19,6%	19,9%	25,9%

Para aplicar o teste de sensibilidade, observou-se o histórico de sinistralidade dos últimos períodos. Considerando que em Pessoas os parâmetros de sinistralidade atingidos em 2022 apresentaram crescimento nos períodos subsequentes até 2024, e que nos Planos de Pecúlio vinham decrescendo e em 2024 se estabilizaram, vamos agravar em 5% a rubrica contábil de despesas com sinistros de Pessoas e em 15% as de Pecúlio, verificando, a partir destes agravos, os reflexos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários:

	Impacto no resultado e no patrimônio líquido	
	2024	2023
Agravo de 5% nos sinistros de Pessoas	(497)	(612)
Agravo de 15% nos benefícios de Pecúlio	(535)	(538)

Premissas dos testes de sensibilidade

O processo utilizado pela Administração para determinação das premissas atuariais e financeiras, consiste na identificação do risco que se pretende segurar e do valor máximo em risco, além da observação dos dados necessários para fins de tarificação e subscrição, considerando a utilização de Tábuas Biométricas aprovadas pela legislação e o fato de que a base de dados é composta por informações referentes a um período consistente com as aplicações com riscos em vigor.

Com vistas a se verificar os reflexos do teste de sensibilidade nos resultados do TAP, recalculou-se os fluxos novamente, considerando os parâmetros de agravamento da sinistralidade mencionados, cujos grupos mais sensíveis a oscilações seriam os de Seguros e Pecúlio - Eventos Não Ocorridos de Prêmios Registrados e Prêmios Não Registrados, os quais apresentaram os resultados da tabela a seguir:

GRUPOS	Recálculo do VP dos fluxos de caixa do TAP normal		Comissões diferidas e/ou ativos intangíveis		Recálculo dos Resultados Vls p/R\$ 1.000
	VP dos fluxos de caixa do TAP normal	VP dos fluxos de caixa técnicas em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Recálculo dos Resultados	
Seguros Eventos Não Ocorridos PR	3.758	3.846	3.812	(139)	173
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PR	1.544	1.632	1.799	-	(167)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PR	1.757	1.823	2.507	-	(684)
Seguros+Pecúlio Eventos Não Ocor PR	7.059	7.301	8.118	(139)	(678)
Seguros Eventos Não Ocorridos PNR	(16.703)	(16.380)	-	-	(16.380)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	5.220	10.743	-	-	10.743
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	(12.549)	(9.022)	-	-	(9.022)
Seguros+Pecúlio Eventos Não Ocor PNR	(24.032)	(14.659)	-	-	(14.659)

Como conclusão do teste de sensibilidade, o VP resultante do recálculo dos fluxos de caixa do TAP sofreria um incremento de R\$ 242 mil (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PR) e de R\$ 9,37 milhões (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PNR) em relação ao VP das projeções normais, entretanto, conforme o quadro acima, mesmo que ocorressem tais agravamentos, não seria necessário se estabelecer provisionamento complementar para os respectivos grupos testados acima.

4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, modalidades e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pela Seguradora está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele: Metodologia do Stress Test do Sistema Sophis: O stress determinista utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%.

Para o cálculo do Value At Risk (VAR) e Stress das carteiras da Sabemi, as equipes de Risco dedicadas do Itaú Asset, Santander Asset e XP Investimentos, estabelecem cenários internos próprios para determinados fatores de risco. Na aplicação no Fundo RESTEC do Itaú, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,01% com base em consumo limite de 6,03% e Stress PL diário de 0,26% com consumo limite de 26,26%. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento.

Na aplicação no Fundo Santander RT, por ser composto em sua totalidade somente por LFTs e caixa, o VaR calculado para o fundo é zero pois no modelo adotado para cálculo de volatilidade, o EWMA, que dá peso maior às oscilações mais recentes dos fatores de risco, não tem detectado oscilações significativas nos fatores de risco atrelados às taxas de ágio e deságio das LFTs presentes no fundo atualmente, o Stress Test também não contempla choques nas taxas de ágio/deságio em LFTs. Na aplicação para o Fundo XP Reserva Técnica, por ser composto em sua totalidade somente por LFTs e caixa, o VaR calculado para o fundo é zero pois no modelo adotado para cálculo de volatilidade, o EWMA, que dá peso maior às oscilações mais recentes dos fatores de risco, não tem detectado oscilações significativas nos fatores de risco atrelados às taxas de ágio e deságio das LFTs presentes no fundo atualmente, o Stress Test também não contempla choques nas taxas de ágio/deságio em LFTs. Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Seguradora na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado para o cálculo de risco do Fundo.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descasamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento da Seguradora. A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa da Seguradora é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

(c) Gestão do risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações com a Seguradora. A política de assistência financeira da Seguradora considera o nível de risco de crédito a que está sujeito as peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação online. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na Nota 6.4.4.

4.3 Gestão de risco de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capitais regulatórios" e "capital econômico" de acordo com a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

A estratégia de gestão de risco de capital é maximizar o valor do capital da Seguradora mediante a otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para os acionistas. Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Adequação de capital

Conforme Resolução CNSP nº 432/21 segue demonstrado abaixo o cálculo de adequação do capital, da Seguradora, apurado em 31 de dezembro de 2024:

	2024	2023
Patrimônio Líquido	64.723	64.719
(-) Participação em sociedades financeiras e não financeiras	(265)	(256)
(-) Despesas antecipadas	(4.571)	(5.285)
(-) Créditos tributários de diferença temporárias	(6.189)	(4.373)
(-) Ativos intangíveis	(18)	(39)
(-) Obras de arte (Outros investimentos)	(32)	(32)
(+) Ajustes contábeis	(11.075)	(9.985)
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	403	1.617
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	515	523
(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	918	2.140
PLA de nível 1	49.057	49.626
PLA de nível 2	918	2.140
PLA de nível 3	4.591	5.108
PLA – soma de PLA nível 1 + PLA nível 2 + PLA nível 3 (i)	54.566	56.874
(-) Ajuste de excesso de PLA de Nível 2 e PLA de Nível 3 (ii)	-	-
PLA (total) aceito para cobertura do CMR – soma de (i) e (ii)	54.566	56.874
Capital Mínimo Requerido (CMR)		
a) Capital base (I)	8.100	8.100
b) Capital de risco (CR)	30.610	34.053
(+) Capital adicional de risco de subscrição	23.525	26.856
(+) Capital adicional de risco de crédito	6.948	6.059
(+) Capital adicional de risco operacional	364	400
(+) Capital adicional de risco de mercado	6.795	8.491
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(7.022)	(7.753)
Capital mínimo requerido (maior entre a e b)	30.610	34.053
CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	30.610	34.053
Suficiência de PLA	23.956	22.821

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Depósitos bancários à vista	2.820	3.937
Equivalente de caixa (i)	6.482	12.220
	<u>9.302</u>	<u>16.157</u>

(i) Refere-se a fundos de investimentos, com liquidez diária, são constituídos, na maioria, por títulos públicos e ativos com baixo risco de crédito de mercado.

6 Ativos financeiros

6.1 Mensurados a valor justo por meio do resultado

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos a valor justo por meio do resultado são os seguintes:

(a) Cotas de Fundos de Investimento

	2024		2023	
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Custo Atualizado	Valor de mercado
Quotas de fundos de investimento (i)				
Itaú Restec TP RF Aberto	7.156	7.156	7.202	7.202
XP Reserva Técnica FI RF	9.971	9.971	7.917	7.917
FIDC Green Solfácil	1.089	1.089	1.580	1.580
FIDC Green Solfácil V	854	854	1.066	1.066
Santander RT	8.326	8.326	4.816	4.816
Total de quotas de fundos	27.396	27.396	22.581	22.581
Total de aplicações	27.396	27.396	22.581	22.581
Circulante	27.396	27.396	22.581	22.581
Total de aplicações	27.396	27.396	22.581	22.581

(i) Quotas de Fundos de Investimento

Fundos de investimento cujo valor de mercado é atualizado diariamente pelo valor da quota divulgado por suas respectivas administradoras com expectativa de remuneração de 100% do CDI.

6.1.1 Abertura da carteira por prazo de vencimento:

	2024	2023
Ativo financeiro		
Cotas de Fundos de Investimentos		
Sem vencimento	27.396	22.581
	<u>27.396</u>	<u>22.581</u>

De acordo com normatização da SUSEP (Circular 648/21 e alterações posteriores), os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação (ativos financeiros a valor justo por meio do resultado), são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.

6.2 Mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Não há cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios em 2024.

Mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangente.

6.3 Informações adicionais das aplicações financeiras

6.3.1 Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos.

A Seguradora classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

(a) (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

(b) (Nível 2) *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

(c) (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

As aplicações são compostas de 100% de Cotas de fundos de investimentos (2023 – 100%).

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Seguradora mensurados a valor justo:

	2024	2023
	Nível 2	Nível 2
Ativos mensurados a Valor Justo	27.396	22.581
Cotas de Fundos de Investimentos	27.396	22.581

A Seguradora não possui instrumentos financeiros classificados nos Níveis 1 e 3 da hierarquia do valor justo.

6.3.2 Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	22.581	23.587
Aplicações	6.300	11.200
Resgates	(4.115)	(15.026)
Rendimentos	2.630	2.820
Saldo final	27.396	22.581

6.4 Empréstimos e recebíveis

6.4.1 Créditos das operações com seguros e resseguros

	2024	2023
Prêmios a receber	6.489	4.618
Prêmios diretos	1.222	646
Prêmios Riscos Vigentes Não Emitidos		
Operações com Seguradoras	8	80
Sinistros pagos	-	-
Cosseguro aceito	-	1
Prêmios a recuperar	7.719	5.345

Composição por idade

As composições de créditos de operações de seguros (prêmios a receber) por idade de vencimento em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	2024	2023
A vencer até 30 dias		
Total	7.265	5.580
Prêmios de RVNE	1.222	646
Provisão para riscos sobre crédito (*)	(776)	(962)
Saldo	7.711	5.264

(*) A provisão para perdas sobre créditos é constituída segundo a análise das perdas prováveis sobre créditos a receber vencidos e vinctendos, de acordo com o estudo técnico da Seguradora. Foi avaliada a recuperabilidade (impairment) destes ativos em 31 de dezembro de 2024.

Movimentação dos prêmios a receber

	2024	2023
Saldo inicial	5.264	4.965
(+) Prêmios emitidos	134.785	155.808
(-) Prêmios cancelados	(12.199)	(24.139)
(-) Recebimentos	(121.056)	(130.163)
(+) Cosseguro aceito	156	
(+) Prêmios Riscos Vigentes não Emitidos	12.004	10.802
(-) Prêmios cancelados Riscos Vigentes não Emitidos	(11.428)	(11.047)
(-) Redução ao valor recuperável	185	(962)
Saldo final	7.711	5.264

6.4.2 Créditos das operações com previdência complementar

A partir do exercício de 2013, a Seguradora passou a registrar as operações de previdência complementar utilizando-se de contas de ativo ("Valores a receber"), apresentando o saldo de R\$ 4.309 (2023 – R\$ 4.391), para posterior baixa em contrapartida da conta "Depósitos de terceiros". A provisão para riscos sobre créditos é constituída quando o período de inadimplência supera os sessenta dias da data de vencimento do crédito, conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2

...Continuação

(iii) A provisão para riscos sobre assistência financeira para 31 de dezembro de 2024 foi apurada pela Administração da Seguradora em valor suficiente para cobrir prováveis perdas futuras sobre o montante líquido a receber na data do Balanço. Para tal estimativa, a Seguradora considerou a ocorrência histórica de perda da carteira de títulos combinada a uma análise estatística e ao julgamento da área interna de crédito. O método de cálculo de *impairment* aplicado nesta análise considera a movimentação da carteira de títulos entre as faixas de atrasos e o histórico de perda associado a cada uma delas. Estas faixas foram classificadas em 11 (onze) grupos, definidos segundo critérios tomados a partir do histórico dos títulos e das particularidades da operação de crédito consignado. As faixas de classificação dos grupos, mostrada a seguir, refletem as várias probabilidades de inadimplência para cada categoria:

Classificações Internas	Grupo	Descrição	2024		2023		Provisão (i)
			2024	2023	2024	2023	
	AA	Adimplentes	2	0	0,020%		
Com parcelas quitadas nos últimos 12 meses	A	1 a 12 Parcelas vencidas	79	340	5,236%		
	B	13 a 24 Parcelas vencidas	28	253	2,469%		
	C	25 a 36 Parcelas vencidas	43	660	2,653%		
	D	Acima de 36 Parcelas vencidas	377	1.324	6,939%		
Sem parcelas quitadas nos últimos 12 meses	E	1 a 12 Parcelas vencidas	577	208	95,578%		
	F	13 a 24 Parcelas vencidas	1.261	1.375	74,740%		
	G	25 a 36 Parcelas vencidas	2.796	3.035	79,407%		
	H	37 a 48 parcelas vencidas	5.974	6.106	79,427%		
	I	Acima 48 parcelas vencidas	14.121	13.682	100%		
	J	Suspensos	156	209	100%		
			25.414	27.192			

(i) O percentual de provisão é aplicado para todo o saldo devedor do respectivo contrato. Frequentemente, a Administração valida o desempenho da classificação e de sua assertividade de previsão com relação a eventos reais de inadimplência e frente aos dados e informações disponíveis no mercado.

As classificações internas usadas estão associadas ao tipo de ativo sob análise, no caso, a assistência financeira em consignação na folha de pagamento. Este ativo tem apresentado historicamente recuperações de perdas até mesmo para contratos com até 48 parcelas vencidas e sem quitações nos últimos 12 meses. A expectativa de recuperação se deve às características de recebimento do crédito consignado, entre elas:

- a. Recomposição salarial do participante recuperando novamente margem consignável;
- b. Refinanciamento do contrato de assistência financeira aproveitando a margem existente;
- c. Liquidação de contratos de dívidas em outras instituições pelo participante abrindo novamente margem consignável para outro contrato de assistência financeira ou retorno da cobrança do contrato inadimplente;

d. Cobrança ativa e negociações via débito em conta e boletos.

Além disso, os contratos de assistência financeira cujo participante tenha falecido ou tenha sido exonerado do órgão estão 100% provisionados nos grupos I e J. As composições de créditos de operações com assistência financeira a participantes, por idade de vencimento, estão demonstradas a seguir:

	2024	2023
A vencer até 03 meses	1.306	1.533
A vencer de 04 a 06 meses	556	537
A vencer de 07 a 09 meses	471	520
A vencer de 10 a 12 meses	411	495
A vencer acima de 12 meses	4.978	7.013
Vencidos em até 12 meses	1.093	1.710
Vencidos 13 - 24 meses	1.154	2.329
Vencidos 25 - 36 meses	157	2.347
Vencidos acima de 36 meses	30.525	29.388
	42.071	45.872

A Sabemi possui uma carteira de clientes altamente pulverizada. Não há clientes, individualmente ou em conjunto, que possam representatividade relevante no saldo de assistência financeira a receber em aberto. Os 10 maiores clientes, em conjunto, representam apenas 1% da carteira total.

6.4.4 Impairment de ativos financeiros

Conforme metodologia mencionada na Nota 6.4.3 a Administração julgou adequado revisar semestralmente o método de estimativa do *impairment* de ativos financeiros. A movimentação da provisão para perdas (*impairment*) sobre créditos de títulos a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	27.192	28.359
Constituição de provisão para <i>impairment</i>	2.265	1.345
Reversão de <i>impairment</i>	(4.043)	(2.512)
Saldo final	25.414	27.192

Valores que são provisionados como perda para *impairment* são geralmente baixados (*write-off*) quando não há mais expectativa da Administração para recuperação do ativo financeiro.

As demais classes de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis não contém ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

7 Despesas antecipadas

	2024	2023
Composta por seguro garantia de processos judiciais e pró-labore diferido.		
Seguro garantia	2.589	1.350
Contratos Up Front	1.982	3.935
Total despesas antecipadas	4.571	5.285
Circulante	2.612	4.829
Não circulante	1.959	456

8 Outros valores e bens

Estão registrados os valores de direito de uso decorrentes da adoção do CPC 06 (R2).

	2024	2023
Ativo não circulante		
Outros valores e bens		
Ativo de direito de uso	3.034	3.034
Depreciação acumulada de ativo de direito de uso	(793)	(230)
Total do ativo	2.241	2.804

Em 2023 houve redução de valores nos contratos de aluguel levando ao recálculo e redução dos ativos de direito de uso.

9 Depósitos judiciais

A rubrica Depósitos judiciais contempla os depósitos judiciais decorrentes de sinistros, questões fiscais, encargos trabalhistas e encargos sociais, demonstrados a seguir:

	2024	2023
Depósitos judiciais – sinistro	257	240
Depósitos judiciais – cíveis (i)	6.775	6.551
Depósitos judiciais – trabalhistas	120	145
	7.152	6.936

(i) Os depósitos judiciais – cíveis, referem-se principalmente a processo instaurado conjuntamente com o Sindapp no valor de R\$ 2.143 (2023 – R\$ 2.143).

10 Imposto de renda de pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")

10.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base na projeção de resultados futuros tributáveis elaborada e fundamentada em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem sofrer alterações. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social até julho/2022.

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	2024	2023
Provisão para contingências fiscais	77	69
Total de créditos tributários	77	69
Provisão para contingências cíveis	9.316	7.699
Provisão para contingências trabalhistas	392	348
Provisão para contingências Procon/ Susep	532	867
Bens arrendados - Imóveis	153	113
Provisão para redução ao valor recuperável	310	385
Total de créditos tributários de diferenças temporais	10.703	9.412
Total	10.780	9.481

Os créditos tributários são mantidos no ativo e foram constituídos nos termos da legislação em vigor (Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores). A Administração, com base em suas projeções futuras de resultados tributários e entre outros fatores estima a capacidade de realização, conforme as seguintes premissas:

Provisão para riscos sobre créditos: realização condicionada aos prazos legais para dedutibilidade, conforme Lei nº 9.430/96, depois de esgotados os recursos legais de cobrança. Eventuais recuperações ou redução da perda implicam a redução da provisão, gerando valores a serem excluídos da base tributável.

Provisão para causas judiciais: efetuada sobre processos, cuja estimativa de realização depende do trâmite do processo.

Ano	Contingências fiscais		Contingências cíveis		Contingências trabalhistas		Contingências Procon/ Susep		Bens Arrend./ Imóveis		Provisão Redução ao Valor Recup.		Total
	2025	2026	2027	2028	2029	2020 e após 2030	2024	2023	2024	2023	2024	2023	
2025	62	1.863	4	5	31	62	2.011		15	62	1.980		
2026	15	1.863	4	5	31	62	1.416		15	62	1.416		
2027	-	1.304	8	11	31	62	1.444		15	31	1.345		
2028	-	1.304	31	16	31	62	1.444		15	31	1.345		
2029	-	1.211	24	48	31	31	1.345						
Em 2030 e após 2030	-	1.771			321	447	14		31	2.584			
		77	9.316	392	532	153	310		10.780				

Movimentação dos créditos tributários

Segue demonstração da movimentação do Imposto de renda e da Contribuição social diferidos:

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	5.033	3.036	8.069
Creditado à demonstração do resultado	3.390	2.017	5.407
Debitado à demonstração do resultado	(2.497)	(1.498)	(3.995)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.926	3.555	9.481
Creditado à demonstração do resultado	1.537	922	2.459
Debitado à demonstração do resultado	(725)	(435)	(1.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.738	4.042	10.780

10.2 Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição Participação no resultado	8.230	8.230	22.821	22.821
Inovações Tecnológicas	(431)	(431)	(201)	(201)
	7.799	7.799	22.620	22.620
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25	15	25	15
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.926)	(1.170)	(5.655)	(3.393)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Juros sobre o capital próprio	200	120	750	450
Despesas indedutíveis	(130)	(78)	(152)	(90)
Receitas não tributáveis	14	9	56	33
Incentivos fiscais (PAT e outros)	(164)	-	513	(18)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(1.678)	(1.119)	(4.488)	(3.018)
Corrente	(2.490)	(1.607)	(5.381)	(3.536)
Diferido	812	488	893	518

11 Investimentos

Os investimentos são compostos por obras de arte no valor de R\$ 32 (2023 - R\$ 32) e participação societária sem direito a influência significativa na Seguradora Líder Administradora de Seguros DPVAT no valor de R\$ 265 (2023 - R\$ 256).

12 Imobilizado

	Equipamentos, móveis e utensílios		Total
	2024	2023	2024
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	561	561	561
Aquisições	14	14	14
Baixas por venda	(21)	(21)	(21)
Baixas por obsolescência	14	14	14
Baixas da depreciação por obsolescência	2	2	2
Depreciação	(114)	(114)	(114)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2023	454	454	454
Aquisições	564	564	564
Depreciação	(117)	(117)	(117)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2024	901	901	901

13 Intangível

	2024	2023
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	63	63
Amortização	(24)	(24)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2023	39	39
Amortização	(21)	(21)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2024	18	18

14 Obrigações a pagar

O saldo de obrigações a pagar está assim representado:

	2024	2023
Circulante		
Fornecedores	1.433	424
Honorários, remuneração e gratificação a pagar	459	477
Sabemi Tecnologia (Nota 20)		252
Outras obrigações a pagar - Partes relacionadas (i)	718	4
Outras obrigações a pagar (ii)	1.075	749
Antecipação de contratos cedidos (iii)	616	601
Acordos processuais (iv)	4.280	-
Seguro garantia	-	674
Total do circulante	8.581	3.181

(i) Refere-se principalmente a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais de consignação em folha em que a Seguradora atua como correspondente e estipulante em administração de apólices com partes relacionadas (Nota 20).

(ii) Refere-se a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais de consignação em folha em que a Seguradora atua como correspondente, créditos judiciais a identificar e valores em discussão e provisionados em favor da Seguradora Líder.

(iii) Refere-se a contratos cedidos aos FIDCs que foram antecipados e serão repassados no mês seguinte.

(iv) Refere-se a acordo processual de parcelamento de multas, junto à Susep.

15 Impostos e encargos sociais a recolher

O saldo de impostos e encargos sociais a recolher está assim representado:

	2024	2023
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	298	403
Imposto sobre operações financeiras – IOF	303	198
Imposto sobre serviços retido na fonte – ISS	123	109
Instituto nacional de seguridade social – INSS	310	362
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	82	99
Outras retenções de terceiros	407	190
	1.523	1.361

16 Impostos e contribuições

O saldo de impostos e contribuições está assim representado:

	2024	2023
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	399	234
Programa de integração social - PIS	65	38
Imposto de renda - IRPJ	71	110
Contribuição social - CSLL	110	110
Contribuição sindical	6	1
	646	272

17 Depósitos de terceiros

Refere-se a valores recebidos de terceiros a serem repassados a agentes financeiros.

	2024	2023
Outros depósitos	998	1.308
	998	1.308

							2024
							Total
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	365 dias	998
Outros depósitos	-	-	-	-	-	-	998
							2023
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	365 dias	1.308
Outros depósitos	1.308	-	-	-	-	-	1.308

18 Passivos de contratos de seguros

	2024	2023
Provisões técnicas		
Seguro de pessoas	17.059	11.043
Previdência complementar	8.938	9.696
	25.997	20.739
Circulante	25.857	20.576
Não circulante	140	163

18.1 Provisões Técnicas - Movimentação

As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos destes passivos para os exercícios de 2022 e 2024:

(a) Seguro de Pessoas - Bruto de Resseguro e Líquido de Cosseguro e retrocessão						
Competências	PPNG*	PSL	IBNR	PDR	PVR	TOTAL
Saldo em 31/12/2022	175	4.658	2.011			

...Continuação

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro
Seguro de Pessoas – Judiciais

Período	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Provisão período anterior (*)	2.273	2.790	2.672	1.708
Pagamentos				
Um ano mais tarde	449	1.477	431	768
Dois anos mais tarde	1.868	1.888	1.141	
Três anos mais tarde	2.139	2.584		
Quatro anos mais tarde	2.379			

(*) Líquido de cosseguro e bruto de resseguro
Seguro de Pessoas - Líquido de cosseguro e líquido de resseguro

Período	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Provisão período anterior (*)	6.039	6.248	5.504	3.043
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.848	2.724	2.347	1.698
Dois anos mais tarde	3.283	3.831	3.458	
Três anos mais tarde	3.902	4.702		
Quatro anos mais tarde	4.315			

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro
Seguro de Pessoas – Administrativos

Período	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Provisão período anterior (*)	3.766	3.458	2.832	1.335
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.399	1.247	1.916	930
Dois anos mais tarde	1.416	1.944	2.317	
Três anos mais tarde	1.763	2.118		
Quatro anos mais tarde	1.936			

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro
Seguro de Pessoas – Judiciais

Período	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Provisão período anterior (*)	2.273	2.790	2.672	1.708
Pagamentos				
Um ano mais tarde	449	1.477	431	768
Dois anos mais tarde	1.867	1.887	1.141	
Três anos mais tarde	2.139	2.584		
Quatro anos mais tarde	2.379			

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro
Plano de Pecúlio

Período	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Provisão período anterior	5.339	6.025	3.349	2.555
Pagamentos				
Um ano mais tarde	2.495	1.865	1.069	842
Dois anos mais tarde	2.780	2.108	1.258	
Três anos mais tarde	2.879	2.221		
Quatro anos mais tarde	2.990			

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro
Plano de Pecúlio - Administrativos

Período	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Provisão período anterior	4.514	5.401	2.756	1.991
Pagamentos				
Um ano mais tarde	2.105	1.783	981	659
Dois anos mais tarde	2.308	1.961	1.057	
Três anos mais tarde	2.353	1.961		
Quatro anos mais tarde	2.353			

(*) Líquido de cosseguro e líquido de resseguro
Plano de Pecúlio - Judiciais

Período	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Provisão período anterior	825	624	593	564
Pagamentos				
Um ano mais tarde	390	82	88	183
Dois anos mais tarde	472	147	201	
Três anos mais tarde	526	260		
Quatro anos mais tarde	637			

18.4 Demonstrativo do Teste de adequação dos passivos (LAT – Liability Adequacy Test)
 O resultado do TAP, avaliado a valor presente na respectiva data base, tem como intuito constatar a necessidade ou não de proceder-se a garantias financeiras complementares às provisões constituídas, com vistas a garantir plenamente os riscos em vigor com estas operações, ou manter os seus saldos da forma como estão constituídos. Para a realização do TAP, a Seguradora gerou um total de quatro grupos de contratos (seguros de pessoas, planos de pecúlio/RS, plano de pensão/RCC e plano da aposentadoria/CAP), cada qual com suas respectivas segregações, conforme exigido pelos normativos atuais, procedendo ao final à compensação dos resultados encontrados, conforme previsto em sua política contábil.

Principais premissas adotadas no TAP:
Mortalidade: para as coberturas de morte qualquer causa e sobrevivência, aplicou-se as tábuas BR-EMS de Morte e de Sobrevivência, versão 2021, masculina e feminina. Para as demais coberturas, adotou-se as respectivas taxas de sinistralidade, conforme a seguir:

Ramo	PPNG-PR	PPNG-NR
0929	23,1%	16,5%
0969	33,9%	33,9%
0977	22,5%	22,5%
0982	7,9%	4,1%
0987	21,4%	20,8%
0993	42,4%	43,0%
1329	16,7%	16,7%
1369	61,5%	61,5%
1381	25,9%	25,9%
1387	142,4%	142,4%

Taxa de juros e índice de preços: utilizada a taxa de juros livre de risco disponibilizada pela SUSEP ao mercado, aplicada em consonância com os índices de preços constantes dos seus respectivos contratos. Para os contratos relacionados aos planos de seguros e de pecúlio, foi utilizado o cupom IGP/FGV, com exceção do grupo relativo aos pecúlios cód.22 e 24, onde adotou-se o cupom do IPCA/IBGE, uma vez que o indexador atrelado a estes contratos é o INPC/IBGE. Para os demais planos de previdência (pensão e aposentadoria) adotou-se a Taxa Referencial – TR. Por fim, especificamente para todos os fluxos de Despesas Administrativas dos grupos citados anteriormente, foi aplicado o cupom IPCA/IBGE.

Taxa de juros contratada: a tábua de mortalidade dos planos comercializados utiliza 6% de juros a.a.

Despesas Administrativas: adotou-se o percentual médio de 59,08% sobre os prêmios projetados, desconsiderando o PIS/COFINS.

PIS/COFINS: aplicou-se o percentual de 4,65% sobre o resultado das diferenças (caso seja maior do que zero) entre as receitas projetadas e os fluxos de sinistros.

Despesas comerciais: adotou-se os percentuais médios indicados a seguir:

Ramo	Corretagem	Pró-labore
0929	18,32%	0,06%
0977	14,87%	-
0982	21,33%	1,54%
0987	10,50%	20,00%
0993	22,29%	0,57%
1381	22,78%	-

Taxa de persistência: adotou-se índice de cancelamento de 13,5% ao ano para os fluxos relacionados aos planos de pecúlio. Já para a carteira de seguros não foi adotado índice

21 Provisões judiciais

As causas passivas, decorrentes de reclamações judiciais, levadas a efeito contra a Seguradora, cujas perdas delas resultantes não possam ser abrangidas pela cobertura de contratos, foram avaliadas por nossos assessores jurídicos, internos e externos e abaixo são representadas.

(a) Relacionados a sinistros/benefícios (setor atuarial / SABEM)

Probabilidade de perda	2024		2023	
	Valor reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado
Remota	31.545	306	2.728	306
Possível	-	-	-	-
Provável	72.310	9.884	8.609	9.884
	103.855	10.190	11.337	10.190

Os valores provisionados estão contabilizados na provisão de sinistros a liquidar, provisão de despesas relacionadas, entre outras provisões técnicas.

Segundo informações prestadas pelo setor atuarial e de acordo com as respectivas notas técnicas, o critério para constituição da reserva técnica para os planos da Seguradora será o seguinte: os processos são provisionados pelo valor estimado, conforme determina a Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores. O valor estimado é o valor contratado pelo participante ou o valor previsto na sentença judicial, quando houver, e deve ser atualizado mensalmente. Nos processos com trânsito em julgado, o valor da provisão técnica é o valor de condenação definitivo. O critério para constituição da reserva técnica será o provisionamento de 100% do valor estimado para as causas prováveis e o provisionamento de R\$ 0,01 para as causas remotas. Em 31 de dezembro de 2024, do montante total provisionado de R\$ 10.190 (2023 – R\$ 9.316), R\$ 9.160 (2023 – R\$ 8.470) referem-se as provisões individuais e R\$ 1.030 (2023 – R\$ 846) referem-se as provisões globais.

Movimentações das provisões:

	2024	2023
Saldo do início do período	9.316	9.298
Total pago no período	(3.194)	(1.540)
Novas constituições no período (i)	3.041	2.596
Baixa da provisão por êxito	(1.035)	(2.575)
Alteração da provisão por revisão de estimativas (ii)	290	947
Atualização monetária	1.772	590
Saldo final do período	10.190	9.316
Quantidade de ações pagas no período	1.404	539
Quantidade de ações novas no período	2.728	2.628
(i) Redução de novas constituições é atribuída a redução da carteira de seguros e adoção de novas políticas comerciais		
(ii) A variação no movimento de alteração da provisão por revisão de estimativa é em razão da nova metodologia de cálculo para provisionamento considerando o histórico das decisões judiciais.		

(b) Não relacionados a sinistros/benefícios
(i) Processos cíveis e trabalhistas

Probabilidade de perda	2024		2023	
	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Número de casos
Remota	471	3.950	7.334	2.451
Possível	3.354	148	5.004	151
Provável	41.194	12.086	41.194	36.335
	45.019	16.184	48.673	36.335

Das 16.184 (2023 – 14.236) causas não relacionadas a sinistros e benefícios, 16.065 (2023 – 14.129) dizem respeito a causas cíveis e 119 (2023 -107) trabalhistas.

de cancelamento.
Resultados Obtidos do TAP nos fluxos de 31/12/2024: abaixo apenas as tabelas que tiveram movimentação de valores:
PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG:

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO A PPNG	PCC-PPNG
Seguro Pessoas	3.673	3.758	85
Previdência	4.309	3.305	(1.004)
TOTAL	7.982	7.063	(919)

PRÊMIOS E CONTRIB. NÃO REGISTRADOS DE PPNG:

TIPO DE PRODUTO	VP DO FLUXO RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS – ENTRADAS)
Seguro Pessoas	(16.704)
Previdência	(7.250)
TOTAL	(23.954)

EXCEDENTE FINANCEIRO

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE NA CONCESSÃO	PMBC CONSTITUÍDA	VP DO FLUXO RELACIONADO A PMBC	PCC-PMBC
Renda	Morte	CSO56 6%	Renda Vitalícia	-	65	59	(6)
Renda	Sobrevivência	AT49 6%	Renda Vitalícia	-	99	99	-
Total				-	164	158	(6)

ATIVOS DE RESSEGURO:

TIPO DE ATIVO	ATIVO CONSTITUÍDO	VP DO FLUXO RELACIONADO AO ATIVO
Ativo de resseg. de PPNG	67	-

RESULTADO DO TAP:

	PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC (-) MAIS VALIA PCC-PMBC	PCC TOTAL efetivamente constituída
	-	-	-

Os resultados do TAP não indicaram necessidade de constituir-se provisão complementar. A seguir, também se demonstra os resultados do TAP para as demais provisões técnicas (PSL, IBNR, PDR, PDC e PVR), de onde conclui-se que não houve necessidade de provisionamento suplementar em 31/12/2024:

Grupos	Provisões Técnicas em 31/12/2024*	VP Fluxos de Caixa	Resultados
PSL, IBNR, PDR, PDC	11.218	10.803	(415)
PVR	6.493	5.956	(537)

* Exceto PPNG, PMBC e PCC.

19 Passivos de arrendamento

Estão registrados os valores de direito de uso decorrentes da adoção do CPC 06 (R2)

	2024	2023
Total circulante	544	473

Passivo circulante
Outros débitos
 Passivos de arrendamento
 Juros a apropriar de contratos de arrendamento
Total circulante
Passivo não circulante
Débitos diversos
 Passivos de arrendamento
 Juros a apropriar de contratos de arrendamento
Total não circulante
Total do passivo

20 Partes relacionadas

	Sabemi Previd. Privada	Sabemi Negócios Ltda.	Sabemi Tecnol. Ltda.	Pessoas Fisicas	Severo Particip.	Total
Ativo						
Títulos e créditos a receber (i)	-	-	2.435	-	-	2.435
Títulos e créditos a receber (ii)	-	-	-	-	-	-
Títulos e créditos a receber (iii)	-	33.671	-	-	-	33.671
Títulos e créditos a receber (iv)	-	15.595	-	-	-	15.595
Títulos e créditos a receber (v)	-	-	-	-	4.092	4.092
Títulos e créditos a receber (vi)	-	-	-	-	-	-
Passivo						
Outras obrigações a pagar	(718)	-	-	-	-	(718)
Outras obrigações a pagar (i)	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações a pagar (ii)	-	-	-	-	-	-
Resultado do período						
Despesas - pró-labore (ii)	(241)	-	-	-	-	(241)
Despesas - prestação serviços (iii)	-	(26.328)	(13.005)	-	-	(39.333)
Remuneração dos administradores (iv)	-	-	-	(2.895)	-	(2.895)
Total do período						
Despesas - pró-labore (ii)	(278)	-	-	-	-	(278)
Despesas - prestação serviços (iii)	-	(26.588)	(10.200)	-	-	(36.788)
Remuneração dos administradores (iv)	-	-	-	(2.732)	-	(2.732)

(i) Acordo operacional de consignação em folha, onde a Seguradora atua como correspondente.

(ii) A Seguradora possui estipulantes em administração de apólices

(iii) Refere-se a comissões pagas sobre serviços divulgação, prospecção de novos clientes e manutenção dos clientes atuais

(iv) Pró-labore pago aos administradores no exercício de 2024 foi de R\$ 2.895 (2023 - R\$ 2.732)

(v) Refere-se a assunção de dívida relativa a processos judiciais de assistência financeira e outras avencas. (Nota 6.4.3)

(vi) Refere-se a assunção de dívida relativa a processos administrativos Susep

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social e reservas

O Capital social subscrito e integralizado é de R\$ 55.000 (2023 - R\$ 55.000), representado por 79 (2023 - 79) ações ordinárias com direito a voto, nominativas sem valor nominal.

(a) Reserva de retenção de lucros
 Esta reserva é formada pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após abatimento das destinações do resultado.

(b) Reserva legal
 A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, até limite de 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante a legislação em vigor, conforme preceitua a legislação vigente, sendo o saldo transferido para reserva de retenção de lucros.

22.2 Dividendos e juros sobre capital próprio
 Os juros sobre o capital próprio foram calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal vigente. De acordo com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, na Demonstração do Resultado o valor correspondente à despesa incorrida foi reclassificado para Lucros Acumulados, sendo apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, como destinação do resultado. As Demonstrações financeiras apresentadas refletem os dividendos mínimos obrigatórios /juros sobre o capital próprio, dispostos no Estatuto Social da Seguradora, de 25% do lucro líquido do exercício ajustado. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data da sua aprovação.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	5.002	15.114
(-) Reserva legal - 5%	(250)	(755)
Lucro básico para determinação de dividendos	4.752	14.359
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	1.188	3.589
Dividendos intermediários (i)	4.198	14.039
Juros sobre capital próprio intermediários (i)	800	3.000
Total de dividendos e juros intermediários	4.998	17.039
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	17.039	17.039
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício por ação	63,27	215,66

(i) Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio de 2024 foram aprovados na AGE de 27 de janeiro de 2025, sendo R\$ 736 a conta de Reservas Estatutárias e R\$ 4.262, a conta do resultado do exercício.
 Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio de 2023 foram aprovados na AGE de 29 de janeiro de 2024, sendo R\$ 3.416 a conta de Reservas Estatutárias e R\$ 10.623, a conta do resultado do exercício.

23 Demonstração do resultado

Efetuaamos o detalhamento das principais contas da Demonstração do Resultado, conforme determina a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores.

	2024	2023
--	------	------

...Continuação

relacionadas, conforme definido na legislação vigente. Todas as transações foram realizadas em condições compatíveis com as práticas no mercado, assegurando a transparência e a equidade entre as partes. A administração entende que este evento subsequente não compromete a continuidade operacional da companhia e reforça o compromisso de manter suas demonstrações financeiras atualizadas em conformidade com os princípios contábeis aplicáveis.

Diretoria

Antonio Tulio Lima Severo

Diretor-Presidente
CPF nº 002.057.530-00

Rodrigo de Castro Fernandes Pecoraro

Diretor Executivo de Seguros
CPF nº 256.511.078-27

Rodrigo Severo

Diretor Executivo Administrativo Financeiro e Diretor Executivo de Serviços Financeiros
CPF nº 918.470.440-34

Eliana Schwingel Diederichsen

Diretora Executiva de Planejamento Estratégico e Compliance
CPF nº 261.696.570-49

Eder Gerson Aguiar de Oliveira

Atuário MIBA 630
CPF nº 395.346.850-20

Beatriz Varela Fernández

Contadora CRCRS nº 051.365/O
CPF nº 402.860.100-20

Parecer da Auditoria Atuarial Independente

Aos Acionistas e Administradores da Sabemi Seguradora S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da Sabemi Seguradora S.A. (a seguir denominada "Seguradora"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do Atuário Independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Seguradora são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas de-

monstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da Sabemi Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre/RS, 24 de fevereiro de 2025.

Alexandre Turk de Almeida – Atuário MIBA nº 1034
ALM Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda
CNPJ nº 08.614.081/0001-21 – CIBA nº 102
Av. Carlos Gomes, 700/606, Porto Alegre

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Sabemi Seguradora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sabemi Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda li-

quidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Daniel Naves Martelleto
Contador CRC 1MG105346/O-2

Jornal do Comércio 91 ANOS
O jornal de economia e negócios do RS

Informação confiável na palma da sua mão

Escaneie o QR Code e siga o canal do JC no WhatsApp para receber as principais notícias



Escaneie o QR Code e faça parte do Canal do JC





CNPJ nº 88.747.928/0001-85
Carta Patente SUSEP nº 020
Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar
CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração

Senhores Participantes:
A Sabemi Previdência Privada, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação, o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2024.

Cenário econômico

O ano de 2024 foi marcado por desafios consideráveis no cenário econômico e político, tanto nacional quanto internacional. A economia global prosseguiu em sua recuperação, enfrentando as adversidades de eventos passados, enquanto os bancos centrais ajustavam suas políticas para controlar a inflação sem comprometer o crescimento.

No Brasil, a lentidão das reformas fiscais e estruturais necessá-

rias, somada a uma desconfiança persistente do mercado, obrigou o Banco Central a adotar uma postura mais conservadora em sua política monetária ao longo de 2024. Contrariando as expectativas iniciais de redução das taxas de juros básicas, houve um aumento na Taxa Selic como medida para aproximar a inflação da meta estabelecida. Com isso, a taxa básica de juros da economia brasileira encerrou o ano em 12,25%. Nesse contexto a previdência complementar aberta se consolida como importante elo na cadeia dos mecanismos de proteção contra riscos de aposentadoria e pensão.

Resultado da entidade

A Entidade apresentou no exercício de 2024 um superávit de R\$ 709 mil, resultado impactado pelo aumento do prêmio ganho e redução da sinistralidade e das despesas com acordos judiciais.

A Entidade reinvestiu seu superávit e não distribuiu resultados aos participantes.

Organização estatutária

Não houve, no exercício de 2024, qualquer tipo de acordo com o quadro associativo da Entidade e alteração estatutária. O Conselho Deliberativo da Entidade Sabemi Previdência Privada é atuante e participa das decisões da Administração da Entidade.

Controles internos

A Entidade está fazendo a manutenção da sistemática de controles internos, a qual é responsabilidade da Administração, conforme determina a legislação vigente, mediante a análise, revisão e aderência dos processos e normas internas e análise constante do gerenciamento de riscos.

Declaração sobre a capacidade financeira

As aplicações financeiras estão classificadas de acordo com o modelo de negócios da Entidade para a gestão dos seus ativos assim como as características do fluxo contratual do ativo financeiro.

Os benefícios de planos previdenciários são pagos rigorosamente em dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelo órgão fiscalizador.

Perspectivas futuras

A Entidade continuará a enviar seus esforços na venda de planos de previdência complementar na modalidade de pecúlio, projetando o crescimento das operações para o próximo exercício.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos participantes pelo apoio e confiança que depositaram em nossa Entidade, e permanecemos à disposição para quaisquer outras informações, em nossa sede social.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2025.

A Administração

Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares reais		
	2024	2023
Ativo Circulante	35.986	36.748
Disponível	8.461	2.871
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	8.461	2.871
Aplicações (Nota 6)	13.691	17.850
Créditos das operações com previdência complementar (Nota 6 (f))	1.130	1.072
Valores a receber	1.130	1.072
Títulos e créditos a receber (Nota 6 (g))	12.645	14.918
Títulos e créditos a receber	1.629	2.355
Assistência financeira a participantes	819	398
Outros créditos	10.197	12.165
Outros valores e bens (Nota 9)	22	22
Bens a venda	22	22
Despesas antecipadas (Nota 7)	37	15
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	37	15
Não circulante	7.270	6.382
Realizável a longo prazo	7.270	6.382
Títulos e créditos a receber (Nota 6 (g))	6.558	5.564
Títulos e créditos a receber	1.900	1.263
Assistência financeira a participantes	3.049	2.398
Depósitos judiciais	1.609	1.903
Outros valores e bens (Nota 8)	631	790
Outros valores e bens	631	790
Despesas antecipadas (Nota 7)	81	28
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	81	28
Total do ativo	43.256	43.130

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio social Em milhares reais					
	Reserva patrimonial	Reservas de superávit		Superávits acumulados	Total
		Retenção de superávit	Contingências de benefícios		
Em 1º de janeiro de 2023	3.204	21.239	1.427	45	25.870
Superávit do exercício			20	(45)	45
Destinação do superávit		25	20		
Em 31 de dezembro de 2023	3.204	21.264	1.447	70	25.915
Reversão de Reserva de Contingência			(70)	70	
Superávit do exercício		779		(779)	709
Destinação do superávit		779			
Em 31 de dezembro de 2024	3.204	22.043	1.377		26.624

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma				
---	--	--	--	--

1 Contexto operacional

A Sabemi Previdência Privada ("Entidade") tem personalidade jurídica de uma entidade sem fins lucrativos e tem por objeto instituir planos de previdência privada aberta, atuando em todo território nacional. A Entidade possui sede na Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar, Centro - Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

As atividades da Entidade são realizadas entre outras empresas do Grupo econômico Sabemi.

A Entidade também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 600/20.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Tais práticas tem observância às disposições contidas na Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG - 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

De acordo com a NBC- ITG 2002, as isenções tributárias relacionadas com a atividade devem ser divulgadas em suas demonstrações. Como a Entidade é considerada isenta, não é tributada pelo Imposto de Renda e Contribuição Social.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Entidade em 24 de fevereiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

2.4 Aplicações e instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial de ativos financeiros

O CPC 48 estabelece novas regras na classificação dos ativos e passivos financeiros. Em decorrência da adoção, essa seção descreve as novas práticas contábeis.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros						
Ativos financeiros	Nota	Classificação	Classificação	Valor contábil	Valor contábil	Ajustes por mudança de norma
		CPC 38	CPC 48	CPC 38	CPC 48	
Fundos de investimentos	6 (a)	Mantidos para negociação	VJR	10.032	10.032	-
Cotas de FIDC	6 (b)	Disponíveis para venda	VJORA	3.659	3.659	-
Total de ativos financeiros				13.691	13.691	

A adoção do CPC48 não teve um efeito significativo nas políticas da Entidade relacionadas a passivos financeiros.

A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 é baseada no modelo de negócio segundo o qual o ativo financeiro é gerido além de seu fluxo de caixa contratual. Em decorrência da adoção do CPC 48, a Entidade passou a classificar seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis, títulos e valores mobiliários, contribuições a receber, operações de crédito, títulos e créditos a receber, principalmente com partes relacionadas, operações de assistência financeira e demais contas a receber, exceto os investimentos de curto prazo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável) e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")

Os juros de estes títulos, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras. As variações de valor justo, (ganhos ou perdas não realizadas), é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião de sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (impairment).

(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ("VJR")

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são contabilizados e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante. Os fundos de investimento financeiro já eram administrados e contabilizados com base no valor justo de mercado e de acordo com o CPC 48 continuam designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

O valor justo é estabelecido com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco, incluindo o risco de crédito do emissor.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais		
	2024	2023
Variações de outras provisões técnicas	32	44
Benefícios retidos	(868)	(681)
Contribuições para cobertura de riscos	6.757	6.604
Varição das provisões técnicas de prêmios	464	(109)
Prêmio ganho	7.221	6.495
Sinistros ocorridos (Nota 20)	(974)	(1.166)
Custo de aquisição (Nota 20)	(468)	(378)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 20)	359	(786)
Despesas administrativas (Nota 20)	(6.197)	(6.354)
Despesas com tributos (Nota 20)	(256)	(222)
Resultado financeiro (Nota 20)	1.860	3.155
Resultado patrimonial (Nota 20)	-	(30)
Resultado operacional	709	77
Ganhos ou perdas com ativos não correntes (Nota 20)	-	(32)
Superávit do exercício	709	45

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais		
	2024	2023
Superávit do exercício	709	45
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	709	45

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Entidade avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de impairment são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Os critérios que a Entidade adota para determinar se há evidência objetiva de perda por impairment incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

- declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
- desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
- dados indicando que há redução mensurável nos fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por impairment, a Entidade mensura o prejuízo. Nesta circunstância, o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por impairment ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado.

2.5 Ativos não circulantes

Realizável a longo prazo

É demonstrado pelos valores de realização ou liquidação, inclusive, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, incorridos até a data do balanço.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os outros ativos não financeiros, circulantes ou não circulantes, são revisados anualmente se identificado evidências objetivas de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.7 Contratos de previdência (seguros)

A Entidade utilizou as regras do CPC11, da SUSEP e do CNSP para avaliação e classificação de todos os contratos de previdência com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes, considerando, adicionalmente, todos os cenários em que o evento segurado ocorre comparado com cenários em que o evento segurado não ocorre.

2.8 Avaliação de passivos originados de contratos de previdência

Provisões relacionadas à atividade de previdência
As provisões técnicas visam dar garantia às operações de previdência privada, com base em cálculos atuariais. São calculadas, quando aplicável, de acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 432/2021 e circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. Correspondem ao valor das obrigações assumidas sob forma de planos de aposentadoria, pensão e pecúlio.

Provisão Complementar de Cobertura (PCC): constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação do Passivo (TAP), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As principais premissas de cálculo são:

- Tábua de Mortalidade do Plano; e
- Índice de mortalidade do Plano; e
- Taxa de juros livre de risco (padrão SUSEP);

Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): constituída para cobrir as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações de Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples. Calculada conforme metodologia aprovada em nota técnica atuarial. As principais premissas de cálculo são:

- Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já avisados;
- Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não avisados;
- Atualização monetária vinculada.

Provisão de Despesas Relacionadas (PDC): constituída para cobrir as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de Produtos em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura. Calculada conforme metodologia aprovada em nota técnica atuarial. As principais premissas de cálculo são:

- Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já avisados;
- Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não avisados;
- Atualização monetária vinculada.

Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (IBNR): constituída para cobrir os eventos já ocorridos e que por qualquer motivo ainda não foram avisados à Entidade. As principais premissas de cálculo são:

- Valores de Benefícios registrados (avisados, reestimados, cancelados e pagos);
- Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (quando aplicável); e
- Atualização monetária vinculada.

Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR): constituída para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. Esta provisão é considerada um ajuste de PSL.

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): constituída para a cobertura dos eventos a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base. As principais premissas de cálculo são:

- Contribuições emitidas, descontadas das parcelas de contribuições canceladas e/ou restituídas;
- Data de início e término de vigência do risco; e
- Data de emissão do risco.

Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE): provisão estimada cujo objetivo é dar cobertura aos riscos em vigor de prêmios ainda não emitidos pela Entidade.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída para garantir o pagamento de sinistros avisados e não pagos. Seu cálculo possui distinções quando do status do evento, entre administrativo e judicial. As principais premissas de cálculo são:

- Valores calculados de Sinistro;
- Juros de Mora;
- Atualização Monetária;
- Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): constituída para garantir o pagamento de sinistros sob o formato de renda (aposentadorias e pensões). Seu método específico de cálculo é vinculado às características técnicas do Benefício, devidamente descritas em Nota Técnica Atuarial. As principais premissas de cálculo são:

- Valores calculados de Sinistro;
- Juros Remuneratórios do Plano;
- Atualização Monetária;
- Tábua de Mortalidade do Plano (quando aplicável); e
- Prazo de pagamento programado do Sinistro (quando aplicável).

Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): constituída com base nos valores de Devolução de Contribuições, Rendas Vencidas e Não Pagas ou Resgates previstos nos Planos que por qualquer razão ainda não tenham sido regularizados. As principais premissas de cálculo são:

- Valores calculados de Resgates (quando aplicável);
- Valores de devolução de contribuições (quando aplicável);
- Rendias Vencidas e Não Pagas;
- Outros valores a regularizar; e
- Atualização monetária.

Teste de adequação dos passivos - TAP
Conforme requerido pela regulamentação vigente, a cada data de balanço a Entidade elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguros permitidos segundo o CPC11, que também estabelece que os contratos de previdência sejam considerados contratos de seguros, contexto operacional da Entidade. O teste de adequação dos passivos, segundo as determinações legais, considerou todos os fluxos de caixa futuros dos direitos e das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes em 31 de dezembro de 2024 e os valores já provisionados referentes a esses contratos, além de premissas atuariais correntes até o final de vigência destes direitos e obrigações, sem considerar novos contratos e certificados.

Para esse teste, a Entidade elaborou metodologia que considera

...Continuação

a sua melhor estimativa para cada um dos fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de benefícios, sempre utilizando premissas correntes e realistas para o teste. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. A metodologia elaborada pela Entidade leva em consideração elementos que impactam diretamente no fluxo de caixa dos referidos contratos, tais como níveis de permanência dos participantes no plano, taxas de mortalidade da Tábua BR-EMS-2021 M&F publicada pela SUSEP, além da já mencionada taxa de juros livre de risco.

O TAP seguiu o que determina a Circular SUSEP nº648/2021, conforme demonstrado na Nota 15 (d).

2.9 Obrigações a pagar

São obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base "pro-rata" dia).

2.10 Impostos e contribuições

Incluem as provisões para o Programa de Integração Social (PIS), o qual é calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, sendo sua provisão constituída à alíquota de 0,65%. No exercício de 2011 a Entidade obteve o direito ao não recolhimento da COFINS, suspendendo o recolhimento mensal do referido tributo a partir do mês de maio de 2011.

2.11 Provisões para ações judiciais, passivos contingentes e obrigações legais

Provisões contingentes são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos de natureza cível utiliza-se o método de melhor estimativa, considerando-se as médias de valores pagos, o período de apuração dos pagamentos e o seu objeto processual.

Os demais passivos contingentes classificados como perda possível não são registrados, mas são divulgados em nota explicativa e os assuntos classificados como perda remota não são provisionados, porém são divulgados pela administração quando relevantes. As obrigações legais são provisionadas independentemente da opinião de êxito dos assessores jurídicos.

2.12 Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. A Entidade arrenda certos bens como diversos andares e lojas de prédio comercial para sua área administrativa e operacional. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 24 meses a 5 anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os arrendamentos, nos quais a Entidade detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os bens adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a vida útil do ativo

2.13 Benefícios a empregados

As provisões trabalhistas, principalmente relativas às férias, e os respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência.

A Entidade não concede plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem remuneração baseada em ações.

2.14 Apuração do resultado

Receitas e despesas de previdência
As contribuições de previdência são reconhecidas de acordo a emissão do certificado ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e ajustadas por meio da variação das provisões.

As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.

As receitas de assistência financeira a participantes são reconhecidas de acordo com o prazo de vigência do contrato.

As demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado do período em que incorreram, ou seja, segundo o regime de competência.

2.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17). A Circular SUSEP nº 678/2021 recepcionou o CPC 48 a partir de 01 de janeiro de 2024. A Companhia avaliou o impacto da adoção das normas e não identificou impactos relevantes.

CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Companhia iniciou o trabalho de avaliação e está analisando os impactos em suas demonstrações financeiras. O CPC 50 ainda não foi recepcionado pela SUSEP.

Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022: A Circular SUSEP nº678/2022 altera algumas normas dentre elas a Circular SUSEP nº 648/2021 e revoga a Resolução CNSP nº439/2012, que dispõem de provisões técnicas; teste de adequação de passivos; ativos redutores; capital de risco de subscrição, crédito, operacional e mercado; patrimônio líquido ajustado; capital mínimo requerido, limite de retenção constituído de banco de dados de perdas operacionais; plano de regularização de solvência; registro, custódia e movimentação de ativos; critérios para a realização de investimentos; títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas; Formulário de Informações Periódicas – FIP/SUSEP; Normas Contábeis e Auditoria contábil independente, auditoria atuarial independentes e Comitê de Auditoria das seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores; exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente e sobre os Pronunciamentos Técnicos

cos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. A administração avaliou o impacto da adoção das normas e não identificou impactos relevantes.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se no histórico da Entidade e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Passivos de previdência (seguros)

O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de previdência (seguros) da Entidade. Existem diversas fontes que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Entidade liquidará em última instância. A Entidade utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, dos atuários e dos especialistas da Entidade para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(b) Provisões judiciais

A Entidade é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração da Entidade para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica da Entidade em conjunto com profissionais especializados.

(c) Provisão (Impairment) para riscos de crédito sobre assistência financeira

A administração usa estimativas baseadas no histórico de perda em ativos com características de risco de crédito e evidência objetiva de impairment similar aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros. A administração examina sua carteira de assistência financeira com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês.

4 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes das atividades da Entidade são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.

4.1 Gestão de risco de seguro

A Entidade atua junto ao mercado com planos de previdência complementar aberta, em especial o *peçúlio*, os quais são direcionados para pessoas físicas, jurídicas e empresas públicas, cujo objetivo é atender seu público alvo através do oferecimento destes produtos, bem como por meio de assistência financeira.

A Entidade define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento garantido, passível de pagamento, ocorra. Para um grupo de contratos de previdência (seguro), onde a teoria das probabilidades é aplicada para a precificação e provisionamento, a Entidade entende que o principal risco transferido para a Entidade é o risco de que os pagamentos de benefícios resultantes de eventos ocorridos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de previdência. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos benefícios são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia atuarial de cálculo destes passivos, ou, quando, através de ações judiciais, a Entidade é compelida a pagar indenizações que extrapolam ao valor contratado ou a sua previsão inicial.

Dentro do risco de seguro, destaca-se o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica que contraria as expectativas utilizadas como premissas da Entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição, principalmente no que se refere a premissas atuariais e financeiras. O risco de subscrição pode ser identificado nos seguintes itens: risco no processo de subscrição (fase de contratação dos planos, quando se avalia o perfil do proponente), risco na precificação do produto (parâmetros de cálculo), risco de definição dos produtos (modelagem do produto), risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões relacionadas.

Assim, a Entidade tem como objetivo, visando mitigar o risco de subscrição/seguro, investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Entidade são e continuarão sendo (1) manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos da Entidade sejam utilizados de maneira consistente e apropriados; e (2) utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de subscrições, eventos e outras experiências estatísticas para que a Entidade possa selecionar e avaliar riscos de forma técnica e comercialmente precisa.

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Entidade realiza periodicamente revisões nos seus produtos comercializados, com o objetivo de rever os seguintes aspectos: Definições do produto: análise do escopo do produto e das coberturas e garantias oferecidas aos participantes bem como o público alvo das vendas;

Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes; Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado;

Precificação: estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas propostas para os produtos. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa atuarialmente definida para o produto; Provisionamento: as provisões técnicas (passivos contábeis) são constantemente reavaliadas visando refletir a realidade da necessidade de valores reservados para os planos operados pela Entidade. Ainda são constantemente analisados os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro.

Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Entidade está exposta é minimizado, em função da não aceitação de riscos com valores de benefícios elevados. Desta forma, minimizam-se as possibilidades de desvios na severidade dos eventos observados.

Além disso, a Entidade monitora a qualidade dos negócios, visando avaliar e melhorar o seu desempenho. Os negócios são subscritos pela Entidade após a revisão, dentre outros, das experiências com perdas e dos relatórios de precificação dos *Peçúlios* (principal produto da Entidade), e após consideração completa do histórico de pagamentos de benefícios.

(a) Quadro de análise de sensibilidade

A Entidade dividiu a análise de sensibilidade segundo os parâmetros utilizados e a estrutura dos planos.

Análise de sensibilidade nos sinistros ocorridos
A tabela abaixo apresenta o impacto no Sinistro ocorridos, por plano de risco, caso haja um aumento de 10 pontos percentuais nos seus valores, em relação aos últimos doze meses da data base do cálculo. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto.

	Impacto no resultado e no patrimônio social	
Planos	2024	2023
Pecúlio	(98)	(123)
Pensão	(0)	(0)
Total	(98)	(123)

Análise de sensibilidade nas provisões de longo prazo

A tabela abaixo apresenta o impacto nas provisões de longo prazo, segundo estrutura dos planos, caso haja uma redução na taxa de juros para 4% a.a. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto

	Impacto no resultado e no patrimônio social	
Planos	2024	2023
Aposentadoria	(30)	(28)
Pensão	(994)	(956)
Total	(1.024)	(984)

(b) Concentração de risco

A Entidade elaborou a sua concentração de risco, conforme a distribuição geográfica das contribuições brutas emitidas. A contribuição bruta se refere ao valor emitido mensalmente para o custeio do plano contratado pelo participante. Assim, a composição do risco está distribuída da seguinte maneira:

	Contribuição bruta	
UF	2024	2023
AC	58	57
AL	96	91
AM	211	208
AP	107	106
BA	234	234
CE	248	252
DF	285	276
ES	73	70
GO	113	110
MA	142	138
MG	254	237
MS	184	178
MT	102	95
PA	421	415
PB	165	152
PE	361	347
PI	58	61
PR	180	162
RJ	1.818	1.823
RN	178	183
RO	93	91
RR	124	126
RS	662	629
SC	196	182
SE	73	69
SP	315	307
TO	6	5
	6.757	6.604

4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Entidade; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(a) Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descausamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pela Entidade está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele:

Metodologia do Stress Test do Sistema Sophis: O stress determina utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%.

Para o cálculo do Value At Risk (VAR) e Stress das carteiras da Previdência, as Investimentos de Risco dedicadas do Itaú Asset, Santander Asset e XP Investimentos, estabelecem cenários internos próprios para determinados fatores de risco.

Na aplicação no Fundo Santander RT, por ser composto em sua totalidade somente por LFTs e caixa, o VaR calculado para o fundo é zero pois no modelo adotado para cálculo de volatilidade, o EWMA, que dá peso maior às oscilações mais recentes dos fatores de risco, não tem detectado oscilações significativas nos fatores de risco atrelados às taxas de ágio e deságio das LFTs presentes no fundo atualmente, o Stress Test também não contempla choques nas taxas de ágio/deságio em LFTs.

Na aplicação no Fundo RESTEC do Itaú, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,01% com base em consumo limite de 6,03% e Stress PL diário de 0,26% com consumo limite de 26,26%. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento.

Na aplicação para o Fundo XP Reserva Técnica, por ser composto em sua totalidade somente por LFTs e caixa, o VaR calculado para o fundo é zero pois no modelo adotado para cálculo de volatilidade, o EWMA, que dá peso maior às oscilações mais recentes dos fatores de risco, não tem detectado oscilações significativas nos fatores de risco atrelados às taxas de ágio e deságio das LFTs presentes no fundo atualmente, o Stress Test também não contempla choques nas taxas de ágio/deságio em LFTs. Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Entidade na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado para o cálculo de risco do Fundo.

(b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descausamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento da Entidade. A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa da Entidade é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

(c) Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada ao não cumprimento total ou parcial das obrigações financeiras pactuadas pelo tomador ou contraparte.

A política de assistência financeira da Sabemi Previdência considera o nível de risco de crédito a que está sujeito as peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação online. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira.

A avaliação de risco de crédito aos participantes é realizada de acordo com a política de crédito das liberações de assistência financeira. Esta política está baseada em modelos usados pelo mercado de crédito, e condicionada a um histórico de índices de inadimplência.

4.3 Gestão de solvência

A Entidade executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determina-

dos pelo CNSP e SUSEP.

Os principais objetivos da Entidade em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para manutenção do patrimônio dos associados. Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Entidade manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Adequação de capital e da liquidez do ativo

Conforme Resolução CNSP nº 432/21 segue demonstrado abaixo o cálculo da adequação do capital e da liquidez do ativo, apurado em 31 de dezembro de 2024:

	2024	2023
Patrimônio social	26.624	25.915
(-) Despesas antecipadas	(118)	(43)
(-) Ajustes contábeis	(118)	(43)
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	842	384
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	367	227
(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	1.209	611
PLA de nível 1	26.484	25.850
PLA de nível 2	1.209	611
PLA de nível 3	22	22
PLA – soma de PLA nível 1 + PLA nível 2 + PLA nível 3 (i)	27.715	26.483
(-) Ajuste de excesso de PLA de nível 2 e PLA de Nível 3 (ii)	-	-
PLA (total) aceito para cobertura do CMR-soma de (i) e (ii)	27.715	26.483
Capital Mínimo Requerido (CMR)		
a) Capital base	-	-
b) Capital de risco (CR)	5.633	6.243
(+)Capital adicional de risco de subscrição	884	1.198
(+)Capital adicional de risco de crédito	2.677	2.980
(+)Capital adicional de risco operacional	17	16
(+)Capital adicional de risco de mercado	3.802	4.053
(-)Benefício da correlação entre os capitais	(1.747)	(2.004)
Capital mínimo requerido (o maior entre a e b)	5.633	6.243
CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	5.633	6.243
Suficiência de cobertura do CMR em relação ao PLA	22.082	20.240

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Depósitos bancários à vista	1.481	338
Equivalente de caixa (i)	6.980	2.533
	8.461	2.871

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimentos, com liquidez diária. Fundo de investimento Itaú Corp. Plus RF DI, com carteira composta principalmente em Títulos públicos.

6 Ativos financeiros

(a) Mensurados a valor justo por meio do resultado
O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos a valor justo por meio do resultado são os seguintes:

	2024		2023	
	Custo	Valor de	Custo	Valor de
	atualizado	mercado	atualizado	mercado
Quotas de fundos de investimento((i)				
SANTANDER RT RF DI	3.728	3.728	2.157	2.157
ITAÚ RESTEC TP RF	2.124	2.124	2.993	2.993
XP RESERVA TECNICA				
FI RF	4.180	4.180	4.609	4.609
Total das quotas de fundos	10.032	10.032	9.759	9.759
Total de aplicações	10.032	10.032	9.759	9.759
Circulante	10.032	10.032	9.759	9.759
Total de aplicações	10.032	10.032	9.759	9.759

(i) Quotas de Fundos de Investimento

Fundos de investimento cujo valor de mercado é atualizado diariamente pelo valor da quota divulgado por suas respectivas administradoras com expectativa de remuneração de 100% do CDI.

(b) Mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras, classificadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são os seguintes:

	2024		2023	
	Custo	Valor de	Custo	Valor de
	atualizado	mercado	atualizado	mercado
FIDC GREEN SOLFACIL V	428	428	534	534
FIDC GREEN SOLFACIL	570	570	827	827
ANGA SABEMI VII	2.661	2.661	5.871	5.871
PRASS FIDC II	-	-	859	859
Total de títulos VJRA	3.659	3.659	8.091	8.091
Total das aplicações	3.659	3.659	8.091	8.091
Circulante	3.659	3.659	8.091	8.091
Não circulante	-	-	-	-

...Continuação

O resultado do TAP, avaliado a valor presente em cada data-base, tem como objetivo verificar a necessidade ou não de proceder-se na constituição de garantias financeiras complementares às provisões já constituídas pela Entidade, visando assegurar de forma plena os riscos a decorrer com as operações e/ou contratos de previdência vigentes, ou manter os seus saldos da forma como estão constituídos. Para a realização do TAP, a Entidade agrupou os contratos de acordo com a estrutura atuarial dos planos e as fases em que se encontram.

Premissas adotadas no TAP:

Mortalidade: Nos cálculos das estimativas de mortalidade foram usadas, de acordo com a característica de cada agrupamento, as tábuas BR-EMS de Morte, versão 2021, masculina e feminina.

Sobrevivência: Nos cálculos das estimativas de sobrevivência foram usadas, de acordo com a característica de cada agrupamento, as tábuas BR-EMS de Sobrevivência, versão 2021, masculina e feminina.

Taxa de juros e índice de preços esperados: A taxa de juros livre de risco adotada neste trabalho foi a disponibilizada pela SUSEP ao mercado por meio de seu site, cuja aplicação foi realizada em consonância com os índices de preços constantes dos seus respectivos contratos (TR ou IGP-M), exceto nos casos com decisão judicial que definem outro índice de preços (TR, IGP-M, IPCA ou Valor Nominal), ou em consonância com o índice de atualização da despesa administrativa (IPCA ou IGP-M).

Taxa de juros contratada: A tábua de mortalidade do plano comercializado pela Entidade utiliza 6% de juros a.a.

Taxa de cancelamento: adotou-se a taxa de cancelamento de 2% ao ano para os contratos ativos no plano de pensão e 10% ao ano nos planos de pecúlio por morte.

Resultados obtidos nos fluxos de 31 de dezembro de 2024:

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG	PCC-PPNG
Previdência	1.130	765	(365)
Total	1.130	765	0

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS - ENTRADAS)
Previdência	(12.430)
Total	(12.430)

Valor presente do fluxo de caixa, considerando todas as receitas e despesas futuras relacionadas aos contratos vigentes na data-base

PMBC

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	PMBC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Sobrevivência	AT49M +TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	300	356	56
Renda	Morte	CSO58M+TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	4.481	4.682	201
Renda	Morte	TR + 6%	Renda Certa	-	45	43	0
Total					4.826	5.081	257

RESULTADO DO TAP

PCC-PPNG efetivamente constituída	PCC-PPNG (REGISTRADO) (+) PCC-PPNG (NÃO REGISTRADO)	-	-
PCC-PMBAC efetivamente constituída	PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (REGISTRADO) (+) PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (NÃO REGISTRADO) (+) PCC-PMBAC BD	-	-
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC	257	257

Para 31 de dezembro de 2024 foi identificada insuficiência no grupamento referente aos Fluxos de Benefícios em Curso – Aposentadoria e Benefícios em Curso - Pensão. Esta insuficiência está relacionada ao fato de que a expectativa de vida dos beneficiários do plano de renda atualmente é superior à expectativa de vida da época de desenvolvimento do produto. Desta forma, a Entidade, baseada em taxas de sobrevivência condizentes com o grupo de beneficiários, projeta um período de pagamento de rendas futuras superior ao estabelecido na Nota Técnica do Plano. Esta insuficiência está devidamente compensada através da constituição de PCC-PMBC – Provisão Complementar de Cobertura referente à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos no valor de R\$ 257, conforme demonstrado abaixo:

Grupo	TAP - provisão a constituir
Grupo "A" - Operações Registradas - Benefícios de Aposentadoria – CAP	56
Grupo "B" - Operações Registradas - Benefícios de Pensão – RCC	201

O TAP também foi realizado com as datas base de 31 de dezembro de 2023, com o objetivo de se obter as relações comparativas entre os mesmos.

Resultados obtidos nos fluxos de 31 de dezembro de 2023:

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG	PCC-PPNG
Previdência	1.072	845	(227)
Total	1.072	845	0

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS - ENTRADAS)
Previdência	(13.301)
Total	(13.301)

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	PMBC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Sobrevivência	AT49M +TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	277	361	84
Renda	Morte	CSO58M+TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	4.161	4.880	719
Renda	Morte	TR + 6%	Renda Certa	-	44	44	0
Total					4.482	5.285	803

RESULTADO DO TAP

PCC-PPNG efetivamente constituída	PCC-PPNG (REGISTRADO) (+) PCC-PPNG (NÃO REGISTRADO)	-	-
PCC-PMBAC efetivamente constituída	(-) MAIS VALIA PCC-PPNG PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (REGISTRADO) (+) PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (NÃO REGISTRADO) (+) PCC-PMBAC BD (-) MAIS VALIA PCC-PMBAC	-	-
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC (-) MAIS VALIA PCC-PMBC	803	803

Teste de sensibilidade

O Teste de Sensibilidade visa analisar o efeito da alteração das premissas de cálculo atuarial incluídas na estruturação dos fluxos de caixa, base do TAP, pelas quais a Entidade não detém seu controle. No contexto atual, a principal premissa que pode, com certa facilidade, ter alteração de valor em relação ao esperado é a mortalidade.

O Teste de Sensibilidade envolvendo a variável mortalidade foi processado agravando linealmente as taxas de mortalidade (qx) da Tábua BR-EMS 2021, segregada por sexo e sem a aplicação de fatores de Improvement, em 10% (dez por cento) e reprocessando o TAP, verificando se haveria a necessidade de constituição de algum valor em função desta variação de parâmetro. Após a análise, verificou-se que, mesmo com o aumento nos valores pagos de benefícios, não haveria a necessidade de constituição de nenhum valor adicional ao já constituído pela Entidade.

(e) Provisões judiciais relacionadas a benefícios

O critério para constituição da reserva técnica para os planos da Entidade é o provisionamento pelo valor estimado de perda. O valor estimado é o valor contratado pelo participante ou o valor previsto na sentença judicial, quando houver, e deve ser atualizado mensalmente. Nos processos com trânsito em julgado, o valor da provisão técnica é o valor de condenação definitiva. O critério para constituição da reserva técnica será o provisionamento de 100% do valor estimado para as causas prováveis e o provisionamento de R\$ 0,01 para as causas remotas.

Os valores provisionados estão contabilizados na provisão de sinistros a liquidar, provisão de resgate e/ou outros valores a regularizar, provisão matemática de benefícios concedidos, provisão de despesas relacionadas e de forma não individualizada na provisão de eventos ocorridos e não avisados, provisão de eventos não suficientemente avisados e provisão complementar de cobertura.

	2024				2023			
	Valor Reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Valor Reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado
Remota	2.819	-	60	-	2.825	-	58	-
Possível	-	-	-	-	-	-	-	-
Provável	9.713	7.829	109	7.829	9.714	7.955	122	7.955
	12.532	7.829	169	7.829	12.539	7.955	180	7.955

Em 31 de dezembro de 2024, do montante total provisionado R\$ 7.829 (2023- R\$ 7.955), R\$ 7.405 (2023- R\$ 6.901), referem-se às provisões individuais e R\$ 424 (2023- R\$ 1.054), referem-se às provisões globais.

(f) As movimentações das provisões são como seguem:

	2024	2023
Saldo do início do período	7.955	7.659
Total pago no período	(630)	(561)
Novas constituições no período	234	30
Baixa da provisão por êxito	(247)	(179)
Alteração da provisão por alteração de estimativa ou probabilidade	221	942

Alteração da provisão por atualização monetária e juros	296	64
Saldo final do período	7.829	7.955
Quantidade de ações pagas no período	22	34
Quantidade de ações novas no período	12	3

16 Passivos de arrendamento

Estão registrados os valores de direito de uso decorrentes da adoção do CPC 06 (R2)

	2024	2023
Passivo circulante		
Outros débitos		
Passivos de arrendamento	212	202
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(59)	(68)
Total circulante	153	134
Passivo não circulante		
Débitos diversos		
Passivos de arrendamento	596	804
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(75)	(134)
Total não circulante	521	670
Total do passivo	674	804

17 Partes relacionadas

	2024			
	Sabemi Seguradora	Sabemi Téc.	Sabemi Negócios	Total

Ativo				
Títulos e créditos a receber (i)	718	-	-	718
Títulos e créditos a receber (ii)	-	-	30	30
Títulos e créditos a receber (iii)	-	-	1.900	1.900
Outros créditos (i)	-	2.581	6.780	9.361

Passivo

Obrigações a pagar (i)	-	-	-	-
Resultado do período				
Receitas - Pró-labore (ii)	241	-	-	241
Despesas prestação serviços (iv)	-	1.565	21.131	22.696
Total	241	1.565	21.131	22.696

	2023			
	Sabemi Seguradora	Sabemi Téc.	Sabemi Negócios	Total

Ativo				
Títulos e créditos a receber (i)	4	-	-	4
Títulos e créditos a receber (ii)	-	1.737	-	1.737
Títulos e créditos a receber (iii)	-	-	1.263	1.263
Outros créditos (i)	-	2.580	9.185	11.765

Passivo

Obrigações a pagar (i)	3.065	-	-	3.065
Resultado do período				
Receitas - Pró-labore (ii)	278	-	-	278
Despesas prestação serviços (iv)	-	2.580	14.593	17.173

(i) Refere-se a saldos de adiantamentos a fornecedores pela prestação de serviços de tecnologia, intermediação de assistência financeira e acordos operacionais de consignação em folha, onde a Entidade atua como correspondente realizando a cobrança de planos de pecúlio e seguros, repassados mensalmente (Nota 6 (g)).

(ii) A Entidade atua como estipulante em administração de apólices coletivas de acidentes pessoais, sendo remunerada conforme condições estabelecidas na apólice (Nota 6 (g) e 20).

(iii) Refere-se à assunção de dívida relativa a processos judiciais de assistência financeira (Nota 6 (g)).

(iv) Refere-se a prestação de serviços de tecnologia (Sabemi Tec) e comissões pela intermediação de assistência financeira (Sabemi Negócios). O expressivo aumento na remuneração à Sabemi Negócios, é reflexo do maior volume de operações de assistência financeira no ano de 2024.

18 Provisões judiciais

As causas judiciais, decorrentes de reclamações judiciais, levadas a efeito contra a Entidade, cujas perdas delas resultantes não possam ser abrangidas pela cobertura de contratos, foram avaliadas pelos assessores jurídicos, internos e externos e abaixo são representadas:

(a) Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	2024			2023		
	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado
Remota	411	457	470	436		
Possível	1.440	139	1.450	137		
Provável	3.520	508	3.520	481		2.834
	5.371	1.104	5.320	4.754	1.054	2.834

Em 31 de dezembro de 2024, do total de 1.104 causas não relacionadas a sinistros e benefícios, 751 (2023 – 699) dizem respeito a causas cíveis, 2 (2023 - 3) a causas trabalhistas e 351 tributárias (2023 - 352).

O acréscimo nas provisões com processos cíveis, deve-se a mudança na metodologia de cálculo para os processos com chance de perda provável. A Administração entende que o ônus com os processos advindos de contratos de assistência financeira, deve ser compartilhado com outras empresas do Grupo que participam dos benefícios econômicos através do contrato de prestação de serviços de originação. Nesse contexto foi assinado Termo de Assunção de Dívida e outras avenças, com a Sabemi Intermediadora de Negócios Ltda. e como interveniente garantidora a Sabemi Participações Ltda. (Nota 6(g)).

(b) As movimentações das provisões são como seguem:

	2024	2023	(i) Refere-se a receita de cobrança com operações financeiras.
Cíveis			
Saldo do início do período	2.834	908	
Ações pagas no período	(1.198)	(555)	(2.407) (4.187)
Novas constituições no período	709	978	(463) (834)
Baixa da provisão por êxito	(482)	(154)	(41) (42)
Alteração da provisão por alteração de estimativas	1.657	1.657	(76) (72)
Saldo final do período	3.520	2.834	(174) (65)
Quantidade de ações pagas no período	50	18	(29) (1)
Quantidade de ações novas no período	53	79	(2.418) (936)
Trabalhistas			(589) (217)
Saldo do início do período	-	3	(6.197) (6.354)
Ações pagas no período	-	(5)	
Novas constituições no período	-	5	
Baixa da provisão por êxito	-	(3)	
Alteração da provisão por alteração de estimativas	-	-	
Saldo final do período	-	-	
Quantidade de ações pagas no período	-	2	
Quantidade de ações novas no período	-	2	
Fiscais			
Saldo do início do período	-	-	
Ações pagas no período	(63)	(1)	
Novas constituições no período	63	1	
Acrescimento/baixa da provisão por alteração de estimativas	-	-	
Saldo final do período	-	-	

(ii) Refere-se ao rateio de despesas com pessoal cedido pela Sabemi Seguradora

	2024	2023
Despesas administrativas		
Despesas com serviços técnicos	(2.407)	(4.187)
Despesas com localização e funcionamento	(463)	(834)
Despesas com publicação	(41)	(42)
Despesa com donativos e contribuições	(76)	(72)
Despesas judiciais	(174)	(65)
Despesas com multas	(29)	(1)
Despesa com rateio (iii)	(2.418)	(936)
Outras despesas	(589)	(217)
	(6.197)	(6.354)

(iii) Refere-se ao rateio de despesas com pessoal cedido pela Sabemi Seguradora

	2024	2023
Despesas financeiras		
Receitas com assistência financeira (i)	27.181	20.410
Receitas com renda fixa	1.786	2.095
Receitas com depósitos judiciais	193	146
Outras receitas eventuais	619	670
	29.779	23.321

(i) Composto por receita com assistência financeira R\$ 567 e cessão de direitos creditórios R\$ 26.614.

Despesas financeiras

Despesas com renda fixa	-	(25)
Constituição de provisões técnicas	(350)	(108)
Despesas com assistência financeira (i)	(26.358)	(19.609)
Outras despesas	(1.211)	(424)
	(27.919)	(20.166)

Resultado financeiro

(i) Refere-se a valores pagos de comissão na operação de assistência financeira, substancialmente com partes relacionadas (NE 19).

	2024	2023
Resultado patrimonial	1.860	3.155
Redução ao valor recuperável	-	(30)
	-	(30)
Ganhos e perdas com ativos não correntes	-	(32)
Venda de imóveis – saldo residual	-	(32)
	-	(32)

20 Composição das contas de resultado

Efetuamos o detalhamento das principais contas da demonstração do resultado, conforme determina a legislação vigente:

	2024	2023
Sinistros ocorridos		

...Continuação

Diretoria

Maria Marta Schneider Severo
Diretora-Presidente
CPF nº 346.146.800-20

Antonio Tulio Lima Severo Jr
Diretor Adm. - Financeiro
CPF nº 456.467.670-91

Silvania de Souza Oliveira Soares
Diretora Vice-Presidente
CPF nº 535.632.477-49

Beatriz Varela Fernández
Contadora CRCRS nº 051.365/O
CPF nº 402.860.100-20

Vanessa Sorgato Kuyven
Atuária MIBA 1424
CPF nº 910.184.630-20

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores da Sabemi Previdência Privada

Escopo da Auditoria
Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo

os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da Sabemi Previdência Privada (a seguir denominada "Entidade"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do Atuário Independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segu-

rança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Entidade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da Sabemi Previdência Privada em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos

os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Entidade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre/RS, 24 de fevereiro de 2025.

Alexandre Turk de Almeida - Atuário MIBA nº 1034
ALM Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda
CNPJ nº 08.614.081/0001-21 - CIBA nº 102
Av. Carlos Gomes, 700/606, Porto Alegre

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Participantes Sabemi Previdência Privada

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planeja-

mento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Entidade e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Daniel Naves Martelto
Contador CRC 1MG105346/O-2

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



BAIXE O APP JC
Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

Últimas notícias
Versão para folhear
Notificações das notícias mais importantes



PUBLICIDADE LEGAL

intra1 **Intral S.A. Indústria de Materiais Elétricos**
ILUMINAÇÃO INTELIGENTE
 CNPJ 88.611.264/0001-22 – NIRE 43.300.004.899 - **Convocação para Assembleia Geral Extraordinária**
 Convocamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 12 de março de 2025, às 15:00 horas, na sede da Companhia situada na Travessa Rio Grande, nº 130, Bairro Kayser, na cidade de Caxias do Sul – RS, a fim de tratar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) simplificação da estrutura de administração da Companhia; b) renumeração das ações ordinárias e preferenciais da Companhia; c) Outros assuntos de interesse social.
 Caxias do Sul – RS, 28 de fevereiro de 2025.
 Marcus D'Arrigo, Presidente do Conselho de Administração

BAIXE O
APP JC

DISPONÍVEL NO Google play
 DISPONÍVEL NA App Store

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

BERTOLDI S/A CNPJ 87.354.452/0001-50 NIRE 43300013693		RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas: Em cumprimento às normas legais e estatutárias apresentamos o balanço patrimonial e demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Pelotas, 31 de dezembro de 2023. A DIRETORIA				
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
ATIVO						
CIRCULANTE	14.349.223,93	13.786.987,79	13.074.917,64	12.232.921,79	6.995.752,70	
DISPONÍVEL	4.916.193,58	4.562.699,18	4.605.916,93	5.071.388,04	384.081,79	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	68.833,24	66.437,79	83.978,74	90.057,63	102.434,47	
Contas Correntes	4.847.360,34	4.496.261,39	4.521.938,19	4.981.330,41	281.647,32	
Certificados Incentivos Fiscais	1.329.700,27	1.329.700,27	1.142.768,73	685.514,16	685.514,16	
PERMANENTE	-	-	-	277,40	277,40	
IMOBILIZADO LÍQUIDO	8.103.330,08	7.894.588,34	7.326.231,98	6.476.019,59	5.926.156,75	
PASSIVO	14.349.223,93	13.786.987,79	13.074.917,64	12.232.921,79	6.995.752,70	
CIRCULANTE	23.581,47	5.301,87	3.030,93	12.205,18	6.895,14	
Impostos a Recolher	23.581,47	5.301,87	3.030,93	12.205,18	6.895,14	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.173.496,92	5.522.074,92	5.657.074,92	5.777.074,93	1.023.795,92	
Créditos de Pessoas Ligadas	5.173.496,92	5.522.074,92	5.657.074,92	5.777.074,93	1.023.795,92	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.152.145,54	8.259.611,00	7.414.811,79	6.443.641,68	5.965.061,64	
CAPITAL SOCIAL	3.608.000,00	3.608.000,00	3.608.000,00	3.608.000,00	3.608.000,00	
RESERVAS DE CAPITAL	931,86	931,86	931,86	931,86	931,86	
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	5.543.213,68	4.650.679,14	3.805.879,93	2.834.709,82	2.356.129,78	
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO						
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	751.121,14	586.623,48	293.566,66	525.633,26	528.289,90	
Receita Líquida Operacional	751.121,14	586.623,48	293.566,66	525.633,26	528.289,90	
CUSTOS OPERACIONAIS	74.724,26	176.225,57	120.068,63	100.119,74	36.255,02	
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	676.396,88	410.397,91	173.498,03	425.513,52	492.034,88	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL LÍQUIDO	-	7.868,33	(24.297,86)	-	21.391,97	
RESULTADO LÍQUIDO FINANCEIRO	216.137,66	426.532,97	821.969,94	53.066,52	33.304,14	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	892.534,54	844.799,21	971.170,11	478.580,04	546.730,99	
DEMONSTRATIVO LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS						
A- SALDO DO INÍCIO DO EXERCÍCIO	4.650.679,14	3.805.879,93	2.834.709,82	2.356.129,78	1.809.398,79	
B- RESULTADO DO EXERCÍCIO	892.534,54	844.799,21	971.170,11	478.580,04	546.730,99	
C- SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	5.543.213,68	4.650.679,14	3.805.879,93	2.834.709,82	2.356.129,78	
DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS						
1- ORIGEM DOS RECURSOS	892.534,54	844.799,21	971.447,51	478.580,04	3.571.730,99	
Resultado do Exercício	892.534,54	844.799,21	971.170,11	478.580,04	546.730,99	
Diminuição Ativo Realizável L/Prazo	-	-	277,40	-	-	
Aumento Capital Social	-	-	-	-	3.025.000,00	
2. APLICAÇÃO DOS RECURSOS	557.319,74	890.287,90	1.427.744,37	(4.203.416,17)	3.706.967,07	
Aumento Ativo Realizável L/Prazo	-	186.931,54	457.531,97	-	(97.941,09)	
Aumento Ativo Permanente	(208.741,74)	(568.356,36)	(850.212,39)	(549.862,84)	(3.956.967,07)	
Diminuição Exigível L/Prazo	348.578,00	135.000,00	120.000,01	(4.753.279,01)	(152.858,91)	
3. VARIAÇÃO CAP. CIRCULANTE LÍQUIDO	335.214,80	(45.488,69)	(456.296,86)	4.681.996,21	(135.236,08)	
DEMONSTRATIVO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO						
ATIVO CIRCULANTE	353.494,40	(43.217,75)	(465.471,11)	4.687.306,25	(135.054,94)	
Início do Exercício	4.562.699,18	4.605.916,93	5.071.388,04	384.081,79	519.136,73	
Final do Exercício	4.916.193,58	4.562.699,18	4.605.916,93	5.071.388,04	384.081,79	
PASSIVO CIRCULANTE	18.279,60	2.270,94	(9.174,25)	5.310,04	181,14	
Início do Exercício	5.301,87	3.030,93	12.205,18	6.895,14	6.714,00	
Final do Exercício	23.581,47	5.301,87	3.030,93	12.205,18	6.895,14	
VARIAÇÃO CAP. CIRCULANTE LÍQUIDO	335.214,80	(45.488,69)	(456.296,86)	4.681.996,21	(135.236,08)	
31/12/2023						
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
ATIVO	18.559.738,64	17.146.910,50	16.404.815,09	14.927.863,72	14.927.863,72	
CIRCULANTE	7.503.470,79	6.696.978,32	6.279.950,75	5.483.743,26	5.483.743,26	
DISPONÍVEL	56,83	299,80	75.605,02	112.209,22	112.209,22	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.503.413,96	6.696.678,52	6.204.345,73	5.371.534,04	5.371.534,04	
Contas Correntes	2.941.847,66	2.335.511,99	2.010.444,15	1.329.700,27	1.329.700,27	
Certificados Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	
PERMANENTE	8.114.420,19	8.114.420,19	8.114.420,19	8.114.420,19	8.114.420,19	
IMOBILIZADO LÍQUIDO	8.114.420,19	8.114.420,19	8.114.420,19	8.114.420,19	8.114.420,19	
PASSIVO	18.559.738,64	17.146.910,50	16.404.815,09	14.927.863,72	14.927.863,72	
CIRCULANTE	109.784,81	21.365,70	19.738,87	31.540,76	31.540,76	
Impostos a Recolher	109.784,81	21.365,70	19.738,87	31.540,76	31.540,76	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	4.403.633,20	4.647.477,51	4.887.570,15	4.887.774,55	4.887.774,55	
Créditos de Pessoas Ligadas	4.403.633,20	4.647.477,51	4.887.570,15	4.887.774,55	4.887.774,55	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.046.320,63	12.478.067,29	11.497.506,07	10.208.548,41	10.208.548,41	
CAPITAL SOCIAL	3.608.000,00	3.608.000,00	3.608.000,00	3.608.000,00	3.608.000,00	
RESERVAS DE CAPITAL	931,86	931,86	931,86	931,86	931,86	
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	10.437.388,77	8.869.135,43	7.888.574,21	6.599.616,55	6.599.616,55	
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO						
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	1.002.143,39	745.469,42	1.239.930,27	1.014.109,11	1.014.109,11	
Receita Líquida Operacional	1.002.143,39	745.469,42	1.239.930,27	1.014.109,11	1.014.109,11	
CUSTOS OPERACIONAIS	170.161,94	421.213,84	156.743,19	100.639,17	100.639,17	
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	831.981,45	324.255,58	1.083.187,08	913.469,94	913.469,94	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL LÍQUIDO	-	-	-	49.825,12	49.825,12	
RESULTADO LÍQUIDO FINANCEIRO	736.271,89	656.305,64	205.770,58	93.107,81	93.107,81	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.568.253,34	980.561,22	1.288.957,66	1.056.402,87	1.056.402,87	
DEMONSTRATIVO LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS						
A- SALDO DO INÍCIO DO EXERCÍCIO	8.869.135,43	7.888.574,21	6.599.616,55	5.543.213,68	5.543.213,68	
B- RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.568.253,34	980.561,22	1.288.957,66	1.056.402,87	1.056.402,87	
C- SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	10.437.388,77	8.869.135,43	7.888.574,21	6.599.616,55	6.599.616,55	
DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS						
1- ORIGEM DOS RECURSOS	1.568.253,34	980.561,22	1.288.957,66	1.056.402,87	1.056.402,87	
Resultado do Exercício	1.568.253,34	980.561,22	1.288.957,66	1.056.402,87	1.056.402,87	
Diminuição Ativo Realizável L/Prazo	-	-	-	-	-	
Aumento Capital Social	-	-	-	-	-	
2. APLICAÇÃO DOS RECURSOS	850.179,98	565.160,48	480.948,28	496.812,48	496.812,48	
Aumento Ativo Realizável L/Prazo	606.335,67	325.067,84	680.743,88	-	-	
Aumento Ativo Permanente	-	-	-	(11.090,11)	(11.090,11)	
Diminuição Exigível L/Prazo	243.844,31	240.092,64	(199.795,60)	485.722,37	485.722,37	
3. VARIAÇÃO CAP. CIRCULANTE LÍQUIDO	718.073,36	415.400,74	808.009,38	559.590,39	559.590,39	
DEMONSTRATIVO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO						
ATIVO CIRCULANTE	806.492,47	417.027,57	796.207,49	567.549,68	567.549,68	
Início do Exercício	6.696.978,32	6.279.950,75	5.483.743,26	4.916.193,58	4.916.193,58	
Final do Exercício	7.503.470,79	6.696.978,32	6.279.950,75	5.483.743,26	5.483.743,26	
PASSIVO CIRCULANTE	88.419,11	1.626,83	(11.801,89)	7.959,29	7.959,29	
Início do Exercício	21.365,70	19.738,87	31.540,76	23.581,47	23.581,47	
Final do Exercício	109.784,81	21.365,70	19.738,87	31.540,76	31.540,76	
VARIAÇÃO CAP. CIRCULANTE LÍQUIDO	718.073,36	415.400,74	808.009,38	559.590,39	559.590,39	
NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.						
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL - A BERTOLDI S/A, é uma sociedade anônima fechada, com foro jurídico na cidade de Pelotas - RS, tendo como objetivo social a administração de bens imóveis, bem como a participação em outras sociedades;						
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com disposições previstas na Lei das Sociedades por Ações e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem os pronunciamentos e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).						
NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - 3.1) As aplicações financeiras estão registradas ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do Balanço. 3.2) Os direitos e obrigações estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observado o regime de competência; 3.3) O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, e a empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial; 3.4) A empresa está no regime do lucro presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.						
NOTA 04 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - A empresa não tem passivo, relacionado a empréstimos e financiamentos;						
NOTA 05 - RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS - Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer natureza.						
NOTA 06 - CAPITAL SOCIAL - O Capital Social é de R\$3.608.000,00 (três milhões, seiscentos e oito mil reais), dividido em 3.608.000 (três milhões seiscentos e oito mil) ações nominativas ordinárias, totalmente integralizado;						
NOTA 07 - PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO - Os imóveis contabilizados como propriedade para investimento importam em R\$8.114.420,19 (oito milhões, cento e quatorze mil, quatrocentos e vinte reais e dezanove centavos);						
NOTA 08 - EVENTOS SUBSEQUENTES - Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício e que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros						
PELOTAS - RS, 31 DE DEZEMBRO DE 2023.						
BERTOLDI S/A DR. SÉRGIO SOARES OLIVÉ LEITE - DIRETOR CIC 005.807.080-04			BERTOLDI S/A ALLETTE BARBOSA LIMA MANIERO OLIVÉ LEITE CIC 141.119.180-34			
BERTOLDI S/A LUIZA MANIERO OLIVÉ LEITE CIC 539.870.120-72			JOSE BERNARDO DA ROCHA FIGUEIRA CIC 018.006.200-04 TC-CRC-RS 21.924			

PUBLICIDADE LEGAL

REALIZE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
 CNPJ/MF nº 27.351.731/0001-38 - NIRE 43300060292
ERRATA

Nas Demonstrações Financeiras publicadas neste jornal em 26/02/2025, considerar o seguinte texto:

Onde se lê:
24. Remuneração dos administradores
 Em 31 de dezembro de 2024, os benefícios proporcionados pela Instituição, na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores estavam assim compostas:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração (*)	5.604	3.917
Outros benefícios	120	201
Total	5.724	4.118

*O pró-labore e o bônus retenção dos diretores estatutários estão registrados como remuneração.

Leia-se:
24. Remuneração dos administradores
 Em 31 de dezembro de 2024, os benefícios proporcionados pela Instituição, na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores estavam assim compostas:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração (*)	5.604	3.917
Outros benefícios	120	201
Total	5.724	4.118

*O pró-labore e o bônus retenção dos diretores estatutários estão registrados como remuneração.

Jornal do Comércio

ANUNCIE NO JC

O ALCANCE QUALIFICADO QUE A SUA MARCA PRECISA



ENTRE EM CONTATO

WHATSAPP: (51) 3213-1342
 EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

